

CÉSIO
137

25
ANOS

UMA HISTÓRIA PRA RELEMBRAR E PREVENIR

2012

1987

VINTE E CINCO ANOS SE PASSARAM DESDE QUE O MAIOR ACIDENTE RADIOATIVO DO BRASIL ACONTECEU. E, EM 2012, A SECRETARIA DA SAÚDE QUER FALAR SOBRE O TEMA, RESGATANDO A HISTÓRIA DO 'BRILHO AZUL' QUE SE ESPALHOU POR GOIÂNIA, E LEVAR CONHECIMENTO PARA EVITAR QUE NOVOS ACIDENTES RADIOATIVOS ACONTEÇAM.

Entrevista Antonio Faleiros

4

Lembranças dos sobreviventes

34

Boletim epidemiológico Césio 137

44

Césio

25 anos depois

Setembro de 1987 marcou um triste capítulo na história de Goiás. Há 25 anos acontecia o maior acidente radioativo do mundo, com a violação da capsula de Césio 137 que ficava revestida num imenso aparelho de chumbo, abandonado nas ruínas da antiga Santa Casa, no centro da capital. Apenas 19 gramas do pó de brilho intenso espalharam contaminação, pânico, mortes e geraram uma onda de discriminação contra Goiás.

A tragédia não pode ser esquecida. Preservar o passado contando a história é uma forma de evitar novos erros. O Césio 137 deixou cicatrizes que o tempo não consegue apagar. É preciso avançar em pesquisas para acompanhar a evolução da vida das vítimas e os reais efeitos do Césio sobre elas. A comunidade científica deve se envolver mais.

A publicação especial da Secretaria Estadual da Saúde de Goiás que chega a suas mãos é um resgate do drama vivido. Ela serve como fonte de pesquisa e compartilha conhecimento. A edição traz o primeiro Boletim Epidemiológico da saúde dos pacientes expostos ao Césio 137. É uma análise descritiva, com retrospecto de janeiro de 2005 a julho de 2012, em todas as áreas de assistência prestadas pelo poder público estadual.

Rendemos nossas homenagens às vítimas e a todos os envolvidos direta ou indiretamente no trabalho de descontaminação de Goiânia. Heróis que arriscaram a própria vida para devolver a tranquilidade a um povo que, com muita coragem e solidariedade, enfrentou o perigo totalmente desconhecido.

Antonio Faleiros Filho
Secretário de Estado da Saúde

Sem dúvida,
foi o maior
desafio da
minha vida
pública

Há 25 anos não havia telefone celular nem internet. Os principais meios de comunicação eram as emissoras de rádio e televisão. Sites de busca repletos de informações, como o Google, eram ainda impensáveis. As máquinas fotográficas, para funcionar, exigiam pilhas e filmes e a qualidade da foto só era conhecida após um processo de revelação. Havia dois modos de comprar música: os long plays (LPs) e as fitas K-7 e os aparelhos de som 3 em 1 eram o sonho de consumo de muita gente. O CD era realidade apenas na Europa e nos Estados Unidos e acessível apenas às famílias endinheiradas. O mesmo acontecia com o vídeo cassete, presente em poucas casas, habitadas por pessoas que esperavam meses para alugar uma fita na locadora.

Vinte e cinco anos atrás a Wolks lançava o Gol, a Vasp era a maior companhia de aviação do Brasil, Maradona era o rei do futebol e Ayrton Senna, correndo pela Lotus, começava a se tornar um ídolo nacional. Michael Jackson, após o sucesso colossal de Thriller, lançava Bad e começava um estranho processo de clareamento da pele. Goiás ainda era um Estado secundário no cenário brasileiro e Goiânia estava longe de atingir um milhão de habitantes e se tornar uma metrópole regional. Os nomes dos secretários de Estado estavam à disposição da população nas páginas amarelas das listas telefônicas e a vida transcorria sem grandes sobressaltos, com boas perspectivas.

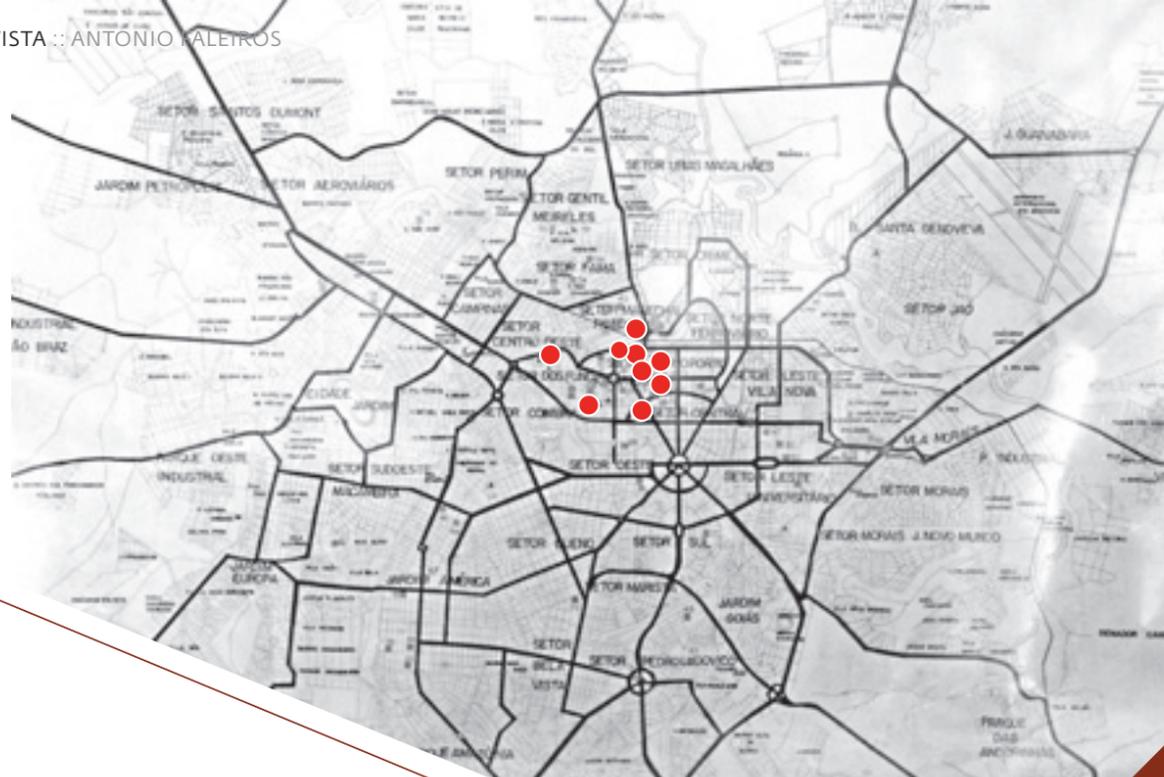
Nesse contexto em que as mudanças aconteciam lentamente (para os padrões atuais), um acidente com material radioativo colocou Goiânia no centro das atenções do mundo e desencadeou uma série de acontecimentos inéditos até hoje. O médico sanitário Antonio Faleiros Filho era o Secretário de Estado da Saúde, cargo que hoje ocupa novamente, e assegura que o acidente com o Césio 137 foi seu maior desafio de homem público. Novato em política na época, ele lembra do desafio de se comunicar com a sociedade, atender as vítimas e lidar com toda a comoção provocada pelo episódio. Nesta entrevista, Faleiros, que se refere ao acidente como radioativo e não radiológico, faz uma retrospectiva pessoal, relembra fatos, fala do apoio da família, da união dos goianos e da coragem do então governador Henrique Santillo.

A DESCOBERTA

“Dia 27 de setembro, no domingo, aconteceu em Goiânia o Grande Prêmio Brasil de Motociclismo. Na segunda, dia 28, eu tinha um compromisso em São Paulo e aí, quando anoiteceu, o Dr. Graciano, servidor da secretaria de saúde, me ligou dizendo que havia um comentário na cidade que uma Coca-Cola havia feito mal para uns moradores do Setor Aeroporto, região central da cidade. Até então eu não imaginava que pudesse ser Césio. Ninguém imaginava. Aí, dia 29, terça-feira eu cheguei de viagem, fui para a secretaria e recebi um telefonema do físico Walter Mendes, dizendo que ele tinha um contador Geiger e que ele achava que esse material que estava fazendo mal para as pessoas era radioativo. Eu confiei nele e imediatamente liguei para o Dr. Júlio Rosental. Fui ao Governador Santillo, disse que não era certeza mas uma forte suspeita de que esse pessoal estava com algum material radioativo, por causa dessa medição feita por ele. O marco zero do acidente, porém, é o momento em que a cápsula foi retirada do Instituto (Goiano de Radiologia). Dia 29, nós estamos considerando como o dia em que a Secretaria de Estado da Saúde tomou conhecimento do que realmente estava acontecendo, mas o dia do acidente é o dia em que eles abriram o equipamento e retiraram a cápsula dos escombros, ou seja, é 13 de setembro”.

Cemitério Parque de Goiânia,
enterro de Leide das Neves





Identificação dos principais focos



Monitoramento da radioatividade no local do acidente

DETECÇÃO DAS ÁREAS CONTAMINADAS

“Quando falei com o governador Santillo, ele imediatamente disponibilizou militares para me acompanhar aonde eu fosse. Eu convidei os donos do Instituto, porque já tínhamos uma suspeita, por causa de uma história que já havia sido contada, de uma peça que havia sumido de lá. O físico do IGR (Instituto Goiano de Radiologia), o Flamarion (Barbosa Goulart) levou o contador Geiger e naquele dia, naquela hora, a repórter Míriam Thomé estava fazendo uma matéria comigo sobre febre amarela. Então eu falei pra ela “vamos parar com essa história de febre amarela que está acontecendo uma coisa que nós precisamos acompanhar”. Ela foi e nos acompanhou. Foi por isso que a TV Anhangüera foi a primeira a saber. De lá nós fomos pra Vigilância Sanitária, nas proximidades do Setor Aeroporto, e depois fomos direto para o ferro velho do Devair. Lá nós vimos a quantidade de radiação que tinha e a preocupação foi aumentando. Então, fomos traçando a estratégia de como fazer, já que diagnosticamos que, de fato, era radioatividade. Fomos pra Rua 57, procurando rastrear as famílias. Numa casa, vimos uma senhora grávida, a família toda contaminada. Providenciamos uma estrutura para mandar o pessoal para o Estádio Olímpico e os mais contaminados, que estavam passando mal, inicialmente para o HDT. E encontramos o Ivo, todo contaminado, e a pessoa mais contaminada de todas estava brincando na rua, que era a Leide das Neves. Quando nós chegamos, de longe, o con-

tador disparou! O risco que nós corremos foi tão grande! Eu me lembro da Míriam Thomé entrevistando o Devair, sem proteção alguma. No dia 29 mesmo nós diagnosticamos 8 dos 10 pontos radioativos. Fizemos isso na tarde e noite do dia 29. O Dr. Júlio (Rosental) chegou à meia-noite, mais ou menos. O Halim (Antonio Girade, atual superintendente da SES) o recebeu no aeroporto. Eu fui descansar um pouco e depois disso, foram detectados apenas mais dois outros pontos radioativos. Os outros dois focos foram diagnosticados de helicóptero, com a presença da Cnen. Todos os outros já tinham sido detectados e isolados por nós; as pessoas já tinham sido encaminhadas para o Estádio Olímpico e os mais graves, para o HDT. Depois nós vimos o equívoco por causa da baixa imunidade que os pacientes tinham e então mandamos para o HGG. Apesar do inédito que era esse episódio, e nós não tínhamos absolutamente conhecimento nenhum, o grupo inicial foi, de certa forma heroico, porque nós diagnosticamos, isolamos e tiramos a população dos focos logo na primeira noite!”

COMOÇÃO

“O primeiro pensamento foi de medo. Não do Césio em si, mas da comoção social e isso, de fato, aconteceu. Foi uma comoção incrível! Na hora do Jornal Nacional as ruas ficavam desertas. Todo mundo ia pra frente da televisão, pra ver o que estava acontecendo em Goiânia. Quando eu vi a Leide, puxa! Meu coração doeu. Nós ficamos condoídos com todo mundo. A primeira casa em que nós fomos, depois do ferro velho, estava a senhora grávida lá! E havia aquela resistência em sair da casa, ninguém queria sair, ninguém estava entendendo, ninguém queria aceitar aquela situação de sair de casa pra ser descontaminado... e depois, confesso, nem sabíamos direito o que fazer naquele primeiro momento. O pessoal da Cnen ainda não havia chegado. O primeiro foi o Júlio (Rosental) e sem estrutura nenhuma. A Cnen só conhecia na teoria, nada na prática. Era algo inédito! Os próprios donos do Instituto Goiano de Radiologia não sabiam ou não imaginavam que aquilo estivesse acontecendo”.

O IMPROVÁVEL ACONTECE

“A gente, como médico, tem que levar em consideração todo e qualquer sintoma. Não se pode duvidar do paciente. Da mesma forma que eu dei atenção à informação de que podia ser uma Coca-Cola contaminada, eu dei atenção à possibilidade de um acidente radiológico. Nada era muito preciso, mas aquela notícia de uma família inteira passando mal já estava circulando, porque uns repórteres do Goiânia Urgente estavam sabendo e comentando. A Coca-Cola, inclusive, já tinha sido levada e examinada, mas, de qualquer forma, nós levamos em consideração a informação, porque havia um burburinho de que tinha algo anormal acontecendo. Aí vem alguém falando em radioatividade! É claro que você tem que dar uma atenção toda especial! E essa atenção foi tão especial que, por volta das 4 da tarde eu liguei pra o Dr. Júlio Rosental e ele compreendeu que poderia ser alguma coisa e veio no mesmo dia. Com a chegada do Júlio, uma pessoa extraordinária, nós tivemos a parceria da Cnen. Ele veio e trouxe mais pessoas e participou da coordenação. Então, começamos a compreender a situação e tivemos mais condições de trabalhar. Tivemos mais mecanismos para medir o grau de radiação, fazer o trabalho de descontaminação, atender as pessoas em estado mais grave. Vieram médicos do Rio, que fizeram a avaliação geral e, em seguida, começamos a logística de fazer o atendimento às vítimas e resolver a questão dos rejeitos”.

SAPATOS NO LIXO

“Eu fui visitar as vítimas no Rio de Janeiro. Meu filho era pequeno e eu estava muito preocupado com isso porque a criança tem mais suscetibilidade. Depois da visita, quando eu fui sair, eles fizeram a medição e disseram que os meus sapatos estavam contaminados. Eles me garantiram que não tinha sido no hospital, que eu tinha saído de Goiânia já contaminado. Então eu fiquei muito preocupado e pensei “meu apartamento está todo contaminado”. Liguei aqui e pedi pro pessoal ir lá e fazer a medição. Meu apartamento não estava contaminado, então eu tinha me contaminado no Rio mesmo. Mas, de qualquer forma, eu tive que deixar os sapatos no Marcílio Dias e tive de ir de botas amarelas emprestadas, comprar um outro calçado. Quando eu cheguei na loja, de terno e com as botas amarelas, o vendedor achou engraçado e brincou comigo “o marido te pegou na hora heim, cara” (gargalhadas) “Não deu tempo de colocar o sapato”. Ainda bem que eu não tive que entrar nos detalhes do acidente e foi um episódio engraçado no meio de tanto estresse. Mas depois aconteceu um outro episódio, em que um taxista se recusou a me levar. Eu estava em Brasília num seminário, e tive uma cólica renal. Quando eu estava chegando no hotel, a dor apertou e eu vi o Dr. Ronei, ex-secretário (Ronei Edmar Ribeiro, Secretário de Estado de Saúde e Meio Ambiente de Goiás de 1991 a 1994). Por coincidência ele estava hospedado no mesmo hotel e eu resolvi pedir ajuda pra ele porque eu não conhecia nada em Brasília. Eu estava com uma cólica, vômito e o Ronei, ele é engraçado (risos)... Ele gosta assim de se mostrar, falar... Ele falou pro taxista “anda, vamos rápido, aqui é o secretário de saúde lá de Goiânia, vamos pro hospital”. O cara olhou pra minha cara e falou “pega outro, esse eu não levo não” (risos, muitos risos)... *Muy amigo!* Quando isso aconteceu a discriminação estava no auge! Os produtos de Goiás eram rejeitados, as pessoas... mas não durou muito tempo, foi até o fim do ano. Depois houve muita solidariedade, mas sempre tinha aquele receio. A Isto É, por exemplo, fez uma capa que foi um horror! A manchete: ‘Goiânia nunca mais’”.



A comoção social do acidente atingiu todo o país

COMUNICAÇÃO

“Pra me comunicar com a sociedade? A primeira coisa, foi uma lição que eu aprendi, eu sempre falo a verdade. Até hoje eu não escondo nada da imprensa, não escondo nada de jornalista, eu sempre falo a verdade. Naquela época eu era recente na política e eu ficava até um pouco constrangido, porque as pessoas não acreditavam no que a gente falava. Principalmente a imprensa, que ia fundo, cobrando, cobrando. Éramos eu e o Dr. Júlio Rosental. Só nós dois falávamos, eu em nome do Governo, e ele em nome da Cnen, com raríssimas exceções. Eu me antecipava a questões que eu notava que eram políticas e vou explicar porquê. Por exemplo: se você perguntar pra um cientista, se tem possibilidade de um meteorito cair na sua cabeça, ele vai te dizer que sim. Ele jamais vai falar que é tão rara essa possibilidade que ele pode afirmar que é inexistente. O Dr. Rosental era muito correto na parte científica, na parte técnica, muito preciso, mas questões desse tipo, com esse perfil, eram comigo. Então nós não iludimos ninguém, não enganamos ninguém, falamos a verdade pra todo mundo, tudo foi esmiuçado mas nunca nos pegaram numa contradição ou erro. Nunca fomos desmentidos porque tudo o que a gente falava era verdadeiro. Agora, foi muito difícil, o tumulto era grande. Quando nós fomos escolher a área para fazer o depósito dos rejeitos foi um sucesso. O Santillo tinha um neto pequeno, eu também tinha um filho pequeno, os meninos eram da mesma idade e nós tivemos que nos mudar com as nossas famílias lá pra uma chácara, perto do local, para provar que não tinha absolutamente nenhum risco, o fato dos rejeitos estarem lá”.

A FAMÍLIA

“Eu tive muito apoio. A minha família confiava muito na gente, mas, na época, quando nós fomos pra chácara, foram muitos os comentários de que eu tinha levado minha família embora, pra fora de Goiás. Em algumas entrevistas, inclusive, tivemos que levar a família, a mulher, os filhos, pra garantir que ninguém tinha saído de Goiânia. Tinha todo tipo de comentário: ‘ah, o Faleiros tirou a família dele de Goiânia, o Santillo saiu com a família dele também...’ aliás, todo dia tinha um boato, todo dia tinha um incêndio pra gente apagar”.

DESGASTES

“Esse, sem dúvida, foi o maior desafio da minha vida pública! A incompreensão, né?... Um episódio que eu nunca imaginei ver na minha vida e acho até que deve ser raro, senão único na história, foi o das pessoas reagindo a um sepultamento. Quando nós — a dona Sônia, que era a primeira dama, foi comigo ao cemitério — chegamos pra enterrar a Leide e a outra vítima Maria Gabriela, tivemos que enfrentar gente jogando pedra no caixão, gritaria, um tumulto terrível, resistência pra enterrar as pessoas... eu nunca pensei ver um negócio desses... O acidente envolveu uma disputa de atribuições. A Secretaria de Saúde, a Vigilância Sanitária, têm o poder de vistoriar e de fazer o acompanhamento de estabelecimentos de saúde em funcionamento ou que queiram liberação para funcionar. No caso específico da guarda e da fiscalização de equipamentos radioativos eram atribuições exclusivas da Cnen, mas, muitas vezes, as pessoas queriam jogar em cima da gente. Eu me lembro de uma vez, lá na Assembleia, que um gaiato me agrediu verbalmente, ficou gritando “você é o culpado, você fez isso...” Então foi desgastante, os atritos... e a gente se desdobrava. Eram mil reuniões por dia, o pessoal chamava a gente pra explicar, pra perguntar. Teve um físico, irmão do prefeito de Pontalina, ele trabalha nos EUA e veio para Goiânia. Eu expliquei pra ele todos os passos que eu dei e, durante uma reunião na Maçonaria, ele disse “o secretário está absolutamente contaminado”. Surpreendeu todo mundo! Pela exposição que eu tive, ele imaginou que eu estivesse. E, de fato, ra-

dição eu levei muita. Eu entrei em todas as casas contaminadas, no ferro velho, no ginásio, tive contato com as pessoas... No ginásio mesmo, eu fiquei indo lá, direto, por uns três meses, porque foi lá que nós montamos o nosso QG (quartel general). E tudo sem proteção alguma e eu não estou em grupo nenhum (de radioacidentados). E tudo isso, o tempo todo, com a imprensa nacional aqui, de plantão. Sem contar a briga que nós estávamos tendo com a Cnen, com o Governo Federal... isso também foi outra coisa. O pessoal da Cnen querendo jogar a responsabilidade em cima da gente e tive que ser firme sobre isso. O mais difícil nesse episódio todo foi a comoção social. Em cada lugar que a gente ia, a gente não sabia se ia encontrar alguém que te daria um tapa na cara, ou que ia agradecer porque... era um desespero, aquele medo do desconhecido”.

GASTOS

“Em valores atuais é até complicado dizer quanto o Estado gastou com todo o episódio, mas nós fizemos um cálculo à época e o que o Estado gastou seria suficiente para fazer duas mil salas escolares. Isso, em custo direto, porque os custos indiretos, esses foram grandes demais. Nós tivemos uma queda na arrecadação, produtos rejeitados... O Governo Federal nos ajudou através da Cnen e, ainda assim, somente com recursos humanos. E aí eu acho importante fazer uma ressalva: eu não imaginava que a Cnen tivesse profissionais tão capacitados! Mas em termos financeiros, nós é que bancamos tudo. Eles ficaram hospedados no Umuarama e tudo foi custeado pelo Estado. O presidente era o Sarney. O Governo Federal não entrou praticamente com recurso nenhum”.

MEDICINA

“Hoje, se uma pessoa chegar no hospital com os sintomas que os radioacidentados apresentaram: vômito, dor de cabeça, diarreia, náuseas, manchas na pele... eu acho que é pior. Não vão imaginar que possa ser um acidente radioativo hoje, como não pensaram na época. Eu sou muito crítico em relação ao modo como a maioria, não todos, exerce a medicina. Hoje, o diagnóstico é mais baseado em exames

O espírito de solidariedade entre os goianos me chamou a atenção. Até a imprensa local agiu completamente diferente da imprensa nacional, que queria ver o circo pegar fogo. E nós, aqui, nos preparamos para falar a verdade, mas sem criar alarde

diversos, complementares, do que no histórico do paciente, no histórico da doença. Eu aprendi medicina, ainda no tempo antigo, de fazer o diagnóstico pela anamnese (entrevista com o paciente). Coisa mais importante de um diagnóstico é você fazer a anamnese. Se ela foi benfeita, você faz um diagnóstico perfeito. Mas hoje, se um paciente aparecer com essas características, a primeira coisa que vão fazer é pedir exames de sangue, tomografia, isso, aquilo, um monte de exames que nem existiam naquela época. Penso que ouvir o paciente é imprescindível hoje, como foi naquela época.

CORAGEM E DESSERVIÇO

“O espírito de solidariedade entre os goianos me chamou a atenção. Até a imprensa local agiu completamente diferente da imprensa nacional, que queria ver o circo pegar fogo. E nós, aqui, a imprensa de Goiás, nos preparamos para falar a verdade, mas sem criar alarde. A gente pega o exemplo da Hebe Camargo. Ela fez um desserviço pra Goiânia, aproveitou a oportunidade pra desancar em cima dos governantes e jogar lenha na fogueira. Nós estávamos num momento de calma e veio o programa da Hebe e virou aquele pandemônio novamente. Há como tratar o assunto construtivamente e destrutivamente. Eu acho que alguns veículos de comunicação nacionais foram extremamente perversos com Goiás. Por exemplo: todos os dias tinha notícia no Jornal Nacional, mas a Rede Globo nunca fez estardalhaço negativo em cima do acidente. Não foi o que fez a Hebe Camargo. Não foi o que fez a Istoé. O motivo? Acho que é aquela história: eu preciso vender mais que os outros então eu preciso fazer uma coisa diferente. Eu acho que só pode ser por aí. Qual o interesse que uma revista teria em colocar na capa: “Goiânia nunca mais”? Ainda teve um agravante: o SBT abriu um espaço para o Governador de Goiás, no programa da Hebe Camargo, e ela, em vez de deixar ele (Santillo) usar aquele espaço pra tranquilizar a situação, ela o acusou! Ele acabou deixando o link no meio! O SBT fez um link, de Brasília, e ao invés de tratar do assunto de outra forma, ela continuou com os mesmos desacetos, os mesmos desaforos. Foi uma coisa horrorosa”.

REAÇÃO

“A solidariedade a Goiás teve âmbito nacional, com adesão de artistas famosos apoiando os goianos. Acho que a recuperação da economia também foi outro fator importante. Ninguém arredou pé daqui, ninguém quis mudar... Também me chamou a atenção o espírito do Governador Santillo. Não fosse um governador com a sensibilidade dele, não teria me dado a atenção que ele me deu. Eu não tinha muitos dados pra passar

pra ele e só falei em termos gerais e ele, imediatamente, até pelo fato dele ter sido professor de física, além de médico, ele imediatamente tomou as providências todas”.

DESENCANTO

“Eu tenho hoje, analisando desde aquele tempo até agora, um certo desencanto com a administração pública, com a capacidade de reação imediata. Se não fosse o governador Santillo ser médico, eu ser médico, nós termos assumido esse acidente, as proporções seriam gravíssimas. Nós exigimos a presença da Cnen com muita firmeza porque, se deixasse, nem aqui eles viriam. Do pessoal da Cnen, o único que acreditou foi o Júlio Rosental, que veio e a gente começou a trabalhar com o apoio dele. O presidente da Cnen só veio aqui depois que a gente deu uma cutucada no presidente Sarney, pra fazer com que ele viesse pra cá, pra ombrear conosco na tarefa de descontaminação, senão não teria vindo não! Mas daí, quando veio, vestiu o uniforme vermelho da Cnen e foi pras ruas ajudar.

AS VÍTIMAS

“São pessoas humildes, trabalhadoras braçais, com pouco estudo e que, por não saberem, não terem conhecimento dos riscos, acabaram causando um acidente dessa magnitude. Eles sofreram na própria pele os desdobramentos de uma irresponsabilidade do poder público que não poderia, jamais, deixar abandonado um aparelho com um conteúdo tão perigoso quanto aquele. Cabe aqui também uma reflexão sobre os profissionais do Instituto Goiano de Radiologia, que foram ingênuos ao acreditar que ninguém tinha condições de transportar um equipamento tão pesado quanto aquele. As vítimas precisam de amparo pelo Estado e o Governo Federal, e acompanhamento constante. Alguns foram heróis. Foi uma fatalidade, com consequências ruins. O aprendizado foi enorme e o episódio com o Césio não pode nunca, jamais ser esquecido. Até pra evitar que novos acidentes aconteçam.

CÉSIUO

137

O pesadelo que chocou o Brasil

27 de setembro de 1987.

Neste dia foi descoberto o maior acidente radiológico do mundo. A data está marcada não apenas na história, mas principalmente na memória dos goianos como um dos momentos mais trágicos. Um aparelho utilizado em radioterapias que estava abandonado nas ruínas do Instituto Goiano de Radioterapia (IGR), no centro de Goiânia, foi encontrado por dois catadores de um ferro velho, pensando em ganhar dinheiro com a sucata. Wagner Mota Pereira e Roberto Santos Alves inocentemente levaram o aparelho que pesava aproximadamente 200 quilos para o ferro velho de Devair Alves Ferreira, na rua 57, no centro da capital. A marretadas, os dois desmontaram o aparelho que revestia a pequena cápsula que continha 19,26 gramas de Césio 137. O pó, semelhante ao sal de cozinha, no escuro brilhava com uma cor azulada. Encantado com o mistério, o dono do ferro velho começou a distribuí-lo entre os parentes e amigos como se fosse algo precioso. Começava aí um drama com proporções incalculáveis.

Logo nos primeiros dias, quem teve contato direto com o Césio 137 começou a sentir tontura, náuseas, vômitos e perda de cabelos. Sem perceber a relação dos sintomas com o manuseio da peça, o irmão de Devair, Ivo Alves Ferreira, morador do Setor Norte Ferroviário, foi conhecer o pó e levou fragmentos para casa e espalhou sobre a mesa. Sua filha caçula, Leide das Neves, de 6 anos de idade, vítima da inocência e da falta de informação, brincou com o Césio e depois comeu ovo com as mãos sujas, ingerindo fragmentos radioativos. Ela foi atingida com maior grau de contaminação. Aumentava a cada dia a cadeia de radiação e contaminação do Césio 137. Maria Gabriela, esposa de Devair, suspeitava que o pó brilhante era o causador de tudo e decidiu recolher a cápsula e levá-la à Vigilância Sanitária, no Setor Aeroporto. Ela expôs o drama ao veterinário Paulo Roberto Machado, que o pó misterioso estava adoecendo sua gente.



Moradores de Goiânia fazem a medição de radioatividade no Estádio Olímpico

REPERCUSSÃO

A notícia se espalhava e os efeitos do Césio 137 também. O fato foi amplamente divulgado na imprensa nacional e internacional. O clima em Goiânia era de apreensão e pânico. Erroneamente, Goiânia chegou a ser comparada com Chernobyl, na Rússia, onde um reator nuclear explodiu liberando gases altamente contaminados. O acidente de Chernobyl foi a maior tragédia radioativa de toda a história. O acidente com o Césio 137, em Goiânia, foi o maior acidente radiológico do mundo e, por se tratar de pó, a extensão da contaminação foi controlada, resumindo-se aos focos e às pessoas afetadas. Médicos e enfermeiros não sabiam como agir com os pacientes contaminados. Em pouco tempo a cidade foi invadida por um exército de homens vestidos como astronautas. Eram os técnicos da Cnen - Comissão Nacional de Energia Nuclear, com roupas especiais, máscaras e munidos de um aparelhinho (contador Geiger), para medir o grau de contaminação. Filas se formavam no Estádio Olímpico para medição. Quando o aparelhinho se aproximava de uma pessoa ou de algum objeto contaminado, soava um apito temido por todos.



As pessoas com maior grau de contaminação e os locais atingidos foram isolados. Casas inteiras, carros, animais, árvores, enfim história de uma vida inteira em pouco tempo viraram montanhas de lixo radioativo. Tudo era acondicionado em contêineres que foram levados para o depósito em Abadia de Goiás.

O mês de setembro registra período de chuvas em Goiás. Surgiram boatos e com isso aumentou a preocupação da disseminação do Césio no solo e conseqüentemente a contaminação do lençol freático. Segundo os especialistas, o lençol freático de Goiânia não foi atingido, uma vez que as áreas afetadas pela radiação, encontravam-se muito abaixo das profundidades identificadas de contaminação e as camadas de terra foram removidas. A água potável de Goiânia pôde ser consumida normalmente pelos moradores.



BRILHO DA MORTE

No dia 2 de outubro, seis pessoas contaminadas foram transferidas em aviões da Força Aérea Brasileira para o Hospital Marçílio Dias, no Rio de Janeiro. Os catadores do ferro velho, Roberto Santos Alves e Wagner Mota, Devair Alves, a esposa Maria Gabriela e a pequena Leide das Neves, a paciente mais grave. Especialistas da Agência Internacional de Energia Atômica que ajudaram na descontaminação de Chernobyl vieram ao Brasil e se juntaram aos médicos do Rio de Janeiro no tratamento às vítimas.

No aeroporto de Goiânia, antes do embarque para o Rio de Janeiro, usando máscara e roupas especiais, Maria Gabriela disse: “Levei a peça lá para a Vigilância porque estava adoecendo meu povo e queria que sarasse logo”. Ninguém sabe exatamente porque, mas Gabriela, a mulher simples, humilde, mesmo sem saber o que era aquilo, colocou-o numa sacola de supermercado e levou-o exatamente para onde deveria ser levado, a Vigilância Sanitária. A mulher que salvou Goiânia de uma catástrofe, não conseguiu salvar a própria vida. Dias depois ela voltou em um caixão de chumbo.

Dia 14 de outubro, o então presidente da República, José Sarney, veio a Goiânia para visitar as vítimas e encaminhava Projeto de Lei no Congresso determinando que cada Estado seria responsável pelo depósito dos rejeitos radioativos. A Presidência da República voltava atrás na decisão de levar os rejeitos para a Serra do Cachimbo, no estado do Pará. O lixo do Césio de Goiânia passou a ser outro grande problema. Nenhum estado queria ser depósito do lixo e ninguém queria ser vizinho de algo assustador. O assunto foi motivo de inúmeros protestos até a decisão de transformar em definitivo o depósito de Abadia de Goiás, onde atualmente funciona um Centro Regional de Ciências Nucleares do Centro-Oeste, mantido pela Cnen.



Vítimas foram enterradas em caixões de chumbo

A sucessão de notícias ruins em função do Césio 137 estampava nas manchetes as mortes de Leide das Neves e sua tia Maria Gabriela, de 29 anos de idade, no dia 23 de outubro. Já no dia 27, morria também o empregado de Devair, Israel Batista dos Santos, e no dia 28, Admilson Alves, que também trabalhava no ferro velho onde a cápsula foi aberta.

Os corpos chegaram a Goiânia em aviões do exército sob forte esquema de segurança. Parecia uma operação de guerra. Os caixões revestidos de chumbo pesavam cerca de 700 quilos cada um e foi preciso um guindaste para levá-los à sepultura. Houve manifestações de centenas dos moradores vizinhos ao Cemitério Parque na tentativa de impedir o enterro das vítimas, um dos momentos de grande comoção na história do povo goiano. Lourdes das Neves Ferreira, a mãe de Leide das Neves, compareceu ao enterro sem o marido Ivo que estava internado no Rio de Janeiro. Ela só conseguiu se aproximar do caixão da filha para a despedida, sem ser agredida, por interferência da primeira-dama do Estado na época, Sônia Santillo que, como mãe, fez um apelo emocionado aos manifestantes: “Deixem a mãe enterrear sua filha”, disse acalmando a multidão.

Devair Alves, um dos principais personagens da tragédia, resistiu por muito tempo mas morreu em 1994, sete anos depois, em consequência do “brilho da morte”, como ele costuma se referir ao Césio. É de Devair a frase: “Eu me apaixonei pelo brilho da morte”. Ivo, pai de Leide das Neves e irmão de Devair e Odesson, morreu em 2003.

Em 1996, a justiça condenou, por homicídio culposo, três sócios e um funcionário da clínica onde o aparelho estava abandonado. As penas de três anos e dois meses, foram trocadas por serviços comunitários.

REAÇÃO DE SANTILLO

A notícia do maior acidente radiológico do mundo pegou todos de surpresa. O jornalista Godofredo Sandoval, que era secretário particular do governador na época, descreve o exato momento em que Henrique Santillo recebeu a notícia. “O governador recebia em audiência no Palácio das Esmeraldas uma liderança do interior quando chega apavorado o secretário de saúde, Antonio Faleiros. Ele queria falar urgente com o governador e notei que se tratava de um assunto muito sério pela expressão do seu rosto. Entrei no gabinete e tratei de agilizar a audiência”. Godofredo Sandoval acompanhou Faleiros até o gabinete e presenciou a cena. “Governador, recebi informações da Vigilância Sanitária que uma peça que foi



Parecia uma operação de guerra. Os caixões revestidos de chumbo pesavam cerca de 700 quilos cada um e foi preciso um guindaste para levá-los à sepultura. Houve manifestações de centenas dos moradores vizinhos ao Cemitério Parque na tentativa de impedir o enterro das vítimas, um dos momentos de grande comoção na história do povo goiano.



encontrada nas ruínas do IGR foi deixada lá no prédio da Vigilância, por uma senhora, está contaminando as pessoas”, relatou. O governador levantou da cadeira atônito, conta Godofredo. “De imediato ele determinou que fizéssemos contato com o comandante geral da PM e com a Cnen - Comissão Nacional de Energia Nuclear”.

O então governador Henrique Santillo, logo que tomou conhecimento da tragédia, mobilizou a máquina administrativa estadual e disponibilizou os recursos possíveis para dar início a uma operação de emergência. Além do isolamento da área e das primeiras medidas de emergência tomadas, antes da chegada de especialistas, o Governo do Estado agiu rápido no sentido de evitar que a gravidade do problema se alastrasse. Saúde, Segurança, Educação, Meio Ambiente, Comunicação Social, Ação Comunitária e Desenvolvimento Social, foram setores mobilizados imediatamente para dar total cobertura aos trabalhos das equipes da Cnen - Comissão Nacional de Energia Nuclear, (órgão acionado pelo governo goiano), responsável pela vigilância, prevenção de acidentes, dentro da política nuclear brasileira. Voluntariamente, a Defesa Civil do Rio de Janeiro também prestou significativa ajuda ao povo de Goiás na época, enviando equipes para Goiânia.

A preocupação do Governo do Estado de Goiás em minimizar as consequências do

acidente radioativo se manifestava em todas as ações. As despesas, inclusive de hospedagem das equipes que trabalharam na assistência às vítimas e na descontaminação das áreas afetadas, foram custeadas pelo tesouro estadual. “Até mesmo as roupas que eram usadas embaixo dos macacões e que eram descartadas todos os dias, o governo goiano custeou”, lembra Godofredo Sandoval.

Como médico, Henrique Santillo foi professor de física e biologia. Conhecia o assunto. O então secretário particular do governo conta que já na primeira reunião com a equipe, logo depois da notícia, ele fez uma explicação científica sobre o assunto e previu as consequências da tragédia. “Nos bastidores, o governador vivia tenso, preocupado com a situação, mas transmitia confiança e credibilidade em suas aparições públicas, o que ajudou sobremaneira para que a população goianiense e goiana como um todo, embora chocada, voltasse à normalidade”, garante.

Henrique Santillo ordenou a Secretaria de Segurança Pública a desenvolver um inquérito em paralelo com a Polícia Federal e decretou que todas as investigações e fases do inquérito fossem abertas às universidades, comunidade científica e associações para tornar pública as apurações. Na sequência de ações emergenciais, outra medida tomada imediatamente pelo Governo de Goiás foi a abertura da cidade à Comunidade Científica Brasileira e Internacional. Em parceria com as universidades Federal e Católica, o Estado viabilizou a vinda à Goiânia de técnicos e especialistas de renome para que as autoridades constatassem as reais dimensões do acidente.

A Secom — Secretaria Estadual de Comunicação — numa postura de transparência, montou uma Central de Informações, onde diariamente o professor Júlio Rosental, físico da Cnen; o secretário de Saúde, Antonio Faleiros e cientistas que

O acidente com o Césio 137 foi nefasto para os goianos e na época o mundo se mostrou despreparado para lidar com o problema

Henrique Santillo

estavam em Goiânia prestavam informações detalhadas para a imprensa. O governador Henrique Santillo fez um pronunciamento em cadeia de Rádio e TV explicando as ações do governo para controlar a situação.

Na época, o governador Henrique Santillo também fez um giro nas redações dos grandes veículos de comunicação do eixo Rio-São Paulo para minimizar a onda de boatos e o pânico que o acidente gerou. Com equilíbrio e conhecimento ele explicava em detalhes a gravidade do acidente e garantia o controle da situação. “Em um programa de auditório, quando o apresentador anunciou que estava recebendo o governador de Goiás, ouviu-se uma grande vaia. Com serenidade, equilíbrio e segurança, Santillo concedeu a entrevista e ao final foi aplaudido de pé”, lembra Godofredo.

LIÇÕES

Preservar o passado é fundamental para o crescimento das comunidades que não desejam repetir os erros. Manter viva a memória do acidente com o Césio 137 é uma forma de contar a história e trazer à tona o principal culpado: a falta de informação.

A tragédia roubou vidas, provocou muito sofrimento e deixou cicatrizes dolorosas. Uma criança foi sacrificada e esse capítulo, entre tantos outros, já faz da história uma triste lembrança que não pode ser esquecida. É preciso revelar para a geração atual e futura

o drama vivido pelo povo de Goiás. O assunto serve como lição, fonte de pesquisa e conhecimento. Dentro dessa ótica, o médico Henrique Santillo, então governador de Goiás na época em que se deu o acidente com a cápsula de Césio 137, em Goiânia, em sua última entrevista para estudantes que defendiam a tese da implantação do museu do Césio, foi claro em sua posição.

Na entrevista gravada em 2002, Santillo entendia que passados os anos, o trauma foi superado, porém, segundo ele, houve poucos avanços em termos de aprendizado do ocorrido em 27 de setembro de 1987. “O acidente com o Césio 137 foi nefasto para os goianos e na época o mundo se mostrou despreparado para lidar com o problema”, disse. Uma das maiores preocupações do então governador era que a contaminação se espalhasse ainda mais, atingindo o lençol freático de Goiânia, pois o material sólido poderia penetrar no solo e se alastrar até os rios, o que não ocorreu em função das medidas adotadas de imediato. “É inadmissível que o assunto caia no esquecimento. O resgate dos fatos em termos de conhecimento científico serve como um instrumento de conscientização em relação aos riscos para evitar tragédias idênticas em qualquer parte do planeta”, defendia o ex-governador.

REFLEXOS NA ECONOMIA

O acidente com o Césio 137 mudou a rotina de Goiânia e transformou a vida das vítimas diretas ou indiretas. Operários, técnicos da Cnen e um batalhão de jornalistas se ocupavam em tarefas sob sol ou chuva, em meio a máquinas pesadas que empilhavam tambores abarrotados de lixo radioativo. A tragédia nuclear trouxe reflexos altamente negativos para a economia de Goiás. As agências de viagens anunciavam cancelamento de pacotes turísticos para a Pousada do Rio Quente e Caldas Novas, dois roteiros mais procurados por turistas de todo país e até do exterior. Em Goiânia, quanto mais a imprensa noticiava fatos relacionados ao acidente, caía ainda mais o movimento de hóspedes nos hotéis e alguns iam embora antes do tempo previsto. As pessoas do interior do estado deixavam de vir a Goiânia para compras. Informações do Sindicato do Comércio Varejista davam conta que as vendas tiveram queda de 50% nas áreas próximas aos focos. Com medo da contaminação, houve cancelamento de voos para Goiânia, de eventos, shows e espetáculos. Empresas de outros estados cancelavam pedidos de mercadorias e alimentos oriundos de Goiás, principalmente no setor agropecuário, o forte do Estado. Goiás foi impedido de mostrar e negociar seu artesanato na Feira da Providência no Rio de Janeiro, de acordo com informações da Secretaria de Indústria e Comércio, órgão responsável pela participação goiana no evento.

A repercussão do acidente na imprensa, somado ao sensacionalismo, gerou uma onda de boatos. O pânico disseminou entre os brasileiros o odioso sentimento de discriminação. Goiás viveu um momento de grandes prejuízos. Os goianos que saíam do estado eram discriminados em aeroportos e rodoviárias, em restaurantes, botecos e até mesmo dinheiro vindo da mão dos goianos ninguém queria pegar. O sofrimento foi tanto que até hoje muitas pessoas que viveram na pele o drama enfrentam a depressão e preferem se manter no anonimato. Na época um grande jornal paulista de circulação nacional estampou na primeira página uma manchete dando conta que as pastagens de Goiás estavam contaminadas com o Césio 137. Outro orientava a popula-



ção a tomar cuidado com o arroz de Goiás, que poderia estar contaminado. Um terceiro publicou na primeira página, em letras garrafais, possíveis declarações de um físico brasileiro de conceito internacional, comparando o caso de Goiânia com o acidente nuclear de Chernobyl, ocorrido um ano antes quando um reator explodiu espalhando uma nuvem de radioatividade. A manchete era: “Goianiabyl é o maior acidente do mundo”.

Até mesmo os goianos passaram a ter medo dos conterrâneos. As crianças que moravam vizinhas aos focos de contaminação não podiam ir à escola, pois sofriam agressões. É de conhecimento público que algumas famílias retiraram os filhos da capital temendo a contaminação. A arrecadação do Estado foi terrivelmente abalada e reduziu-se em cerca de 30% nos quatro primeiros meses seguintes ao acontecimento, de acordo com autoridades da área econômica.

SOLIDARIEDADE

Já no começo do mês de dezembro as autoridades científicas anunciaram que Goiânia estaria livre da contaminação e que os goianos teriam um Natal de tranquilidade. Autoridades, artistas e o povo goiano se uniram numa campanha para resgatar a autoestima. O artista plástico Siron Franco produziu uma série de trabalhos que problematizavam as dimensões da catástrofe que se abatera sobre a cidade e principalmente sobre o bairro onde vivera sua juventude, o Bairro Popular. A série composta por pinturas foi exposta em São Paulo, com o intuito de mostrar o pânico vivenciado pelos goianos e corajosamente denunciar a indignação com a onda de discriminação. Um documentário intitulado “Por amor a Goiânia” foi exibido nas principais redes de TV. Em solidariedade ao povo goiano, a artista Beth Faria veio a Goiânia para realizar o sonho de seu fã,



Obra do artista plástico Siron Franco

Devair Alves, que estava internado no HGG. Ela se deixou fotografar de mãos dadas com Devair. Ele havia demonstrado o desejo de conhecê-la pessoalmente ao exibir um poster da atriz durante uma das inúmeras reportagens de que foi personagem. Ao sair do hospital, a atriz atendeu a imprensa e disse: “Goiano não contamina”.

JOSÉ JÚLIO ROSENAL

Um senhor franzino, meio calvo, de fala fácil e muito carismático. Assim era José Júlio Rosental, renomado físico da Cnen - Comissão Nacional de Energia Nuclear. Rosental passou a fazer parte da rotina dos goianienses em função do acidente com a cápsula de Césio 137, em setembro de 1987. O físico chegou a Goiânia no dia seguinte ao anúncio do acidente e foi o principal responsável pelo trabalho de descontaminação das áreas atingidas pelo Césio e pelo atendimento às vítimas. Conhecido no mundo como uma das maiores autoridades na área nuclear, destacou-se por comandar as ações de controle e descontaminação de Goiânia. O trabalho feito em Goiânia foi elogiado pela comunidade científica internacional. Era convidado constantemente para proferir palestras sobre a experiência de Goiânia.

Rosental estreitou laços de amizade com os goianos, em especial com as vítimas do Césio e aqui viveu vários anos dedicando seu conhecimento em pesquisas e estudos para manter viva a memória do maior acidente radiológico do mundo. Foi idealizador e ajudou a implantar o depósito dos rejeitos radioativos em Abadia de Goiás, onde funciona o Centro Regional de Ciências Nucleares do Centro-Oeste. Rosental mudou-se de Goiânia em 1993 para Israel, onde era colaborador da Agência Internacional de Energia Atômica e do Ministério do Meio Ambiente de Israel. Ao se despedir de Goiânia Rosental escreveu uma carta que dizia:

“Volto à terra de meus antepassados. Vou em busca de novos sonhos, agora mais experiente. Levarei todos, levarei o Brasil, terra onde nasci. Levarei de Goiânia, em minha memória, memórias de heróis, de bravos, de homens perseverantes, do povo mais meigo que convivi. Amo essa terra e suas flores. Que me perdoe o egoísmo, mas vou levá-las comigo”.

Dez anos após o acidente, Júlio Rosental em entrevista ao Jornal O Popular, falava das lições deixadas pela tragédia em Goiânia. O físico morreu de câncer no dia 4 de maio de 2010, aos 77 anos de idade.

DOR NA ALMA

“Quanto mais o tempo passa, mais vivas estão as tristes lembranças do Césio 137”. Com essa frase dona Lourdes das Neves Ferreira, nos recebeu em sua casa simples, no setor Cidade Satélite São Luiz, em Aparecida de Goiânia, onde mora há exatos 24 anos. “Eu, o Ivo (o marido que morreu há 9 anos) e meus filhos nos mudamos para cá no dia 4 de agosto de 1988. Aqui me dediquei de corpo e alma nos cuidados ao meu marido que ficou com graves sequelas da contaminação. Até na hora do banho e dos intermináveis curativos nas feridas na perna e nas mãos, eu o ajudava”, relembra. A filha mais velha lhe deu quatro netos e três bisnetos. “Uma benção em minha vida”, diz. Ela conta que o outro filho também mora longe, em outro setor, vive depressivo e requer cuidados especiais.

O marido de Dona Lourdes, Ivo das Neves Ferreira, era irmão de Devair Alves e levou para casa o pó de Césio no bolso na calça. “Ele se sentia culpado, pois espalhou o Césio e as crianças brincaram atraídas pela beleza da luz emitida pelo pó”, relembra. A filha caçula de 6 anos, Leide das Neves, comeu um ovo com as mãos sujas de Césio e foi a primeira vítima fatal. “Naquela noite ela não queria jantar e cozinhei o ovo para substituir a refeição. Fui tomar banho e quando voltei vi a Leide comendo com as mãos sujas e escorria entre os dedinhos dela um caldo azul. Dentro de 10 minutos ela começou a vomitar”, fala com a voz embargada. Dona Lourdes, hoje com 60 anos de idade, conta que não pegou no Césio, pois continuou a cuidar do jantar.

O grande ensinamento para quem trabalha com emergência radiológica é entender a percepção de risco, o trauma, o estresse e a pressão que são exercidas sobre as vítimas de acidentes dessa natureza

Júlio Rosental





Ao falar de Leide, os grandes olhos castanhos de dona Lourdes se enchem de lágrimas. “Não entendia nada que estava acontecendo. Nunca tinha ouvido falar de radiação e Césio. Foi um grande pesadelo que destruiu nossa vida, nossa família, nosso futuro”. A casa onde moravam no Setor Norte Ferroviário foi demolida com todos os pertences da família. “De lá só tirei algumas fotos. Roupas, bonecas, enfim nossa história virou lixo”, lamenta. Todos foram levados para o Estádio Olímpico de onde Leide saiu levada pelos policiais. “Foi a última vez que vi minha filha”. Dona Lourdes relembra que o tempo todo era acompanhada pelos técnicos Cnen e que era obrigada a tomar banho de hora em hora para ser examinada.

A mãe da menina que virou o símbolo do maior acidente radiológico do mundo, conta que no dia 23 de outubro de 1987, um casal chegou pela manhã na Febem para onde foram levadas as vítimas da contaminação e deu a notícia da morte de Maria Gabriela, a esposa de Devair, “Pensei: se ela morreu, minha filha também morreria. À tardinha me levaram para o consultório e falaram que Leide tinha morrido”. Com a voz embargada e as mãos trêmulas dona Lourdes diz que o enterro foi o momento mais doloroso. “Pensei que não resistiria ver o caixão de chumbo descendo no guindaste, as pessoas jogando

pedras e eu sendo levada para despedir de minha pequena. As pessoas não respeitaram a dor da família. Pude ver o rostinho dela pelo vidro e notei que a boca dela estava queimada”. Essa foi a última cena de Leide, mas ela está viva na memória da mãe como uma criança alegre e inteligente. As fotos pregadas na parede da casa de dona Lourdes reforçam o que ela diz. Ela acaricia demoradamente um grande poster de Leide que ela fez questão de segurar durante toda nossa conversa. “Vivo com Deus e com as boas lembranças desde a gravidez tranquila da minha caçula. Quando estou triste, desiludida e me sentindo cansada, olho para as fotos e o sorriso da Leide me dá forças”, fala em tom de melancolia.

Lourdes das Neves Ferreira, a mãe que comoveu o Brasil com a dor de perder uma filha em circunstâncias jamais imaginadas, usa ter-

“Não entendia nada que estava acontecendo. Nunca tinha ouvido falar de radiação e Césio. Foi um grande pesadelo que destruiu nossa vida, nossa família, nosso futuro”

*Dona Lourdes,
mãe de Leide*



mos científicos que passaram a fazer parte do seu dia a dia, mora só, fala com voz mansa, vive na simplicidade e mesmo sendo discreta diz que ainda sofre preconceito. “Sou conhecida como a mulher da radiação”. Magoada, ela desabafa: “Não procuramos e nem causamos o acidente. Somos vítimas várias vezes. Gostaria muito que as pessoas se informassem mais e que fossem mais humanas”. Sobre a saúde ela diz que sente fortes dores na coluna e faz uso diário de remédios para hipertensão. Com sabedoria ela se coloca à disposição da ciência para pesquisas. “O assunto não pode cair no esquecimento. É preciso acompanhar a evolução da vida das vítimas diretas e das atuais e futuras gerações para não ficar dúvidas sobre os efeitos do Césio”.

O pó de brilho encantador deixou dolorosas marcas para sempre na vida da família Neves Ferreira, mas dona Lourdes também se apega a fatos curiosos que a história produziu. Ela conta que três meses depois do acidente uma mulher deu à luz uma menina e a registrou com o nome de Leide. Hoje a família mora no Setor Cidade Satélite São Luiz, o mesmo de Dona Lourdes. “A homenagem à minha filha e a coincidência ajudam a amenizar a eterna dor em minha alma”, diz bastante emocionada. Ao me despedir, pergunto: qual é o seu sonho hoje? Ela respondeu: “Nesses anos perdi muito, mas aprendi muito. O meu sonho é ter um final de vida digno”.

ASSISTÊNCIA

“Tenho a consciência tranquila de que fizemos o máximo que podíamos fazer para a população e para as vítimas no sentido de sa-nearmos Goiânia do pesadelo que emocionou o Brasil”. A declaração é do atual presidente do Tribunal de Contas do Estado-TCE, Edson Ferrari, sobre o acidente com o Césio 137, em Goiânia. Em 1987, ano da tragédia, Ferrari era

secretário adjunto de Comunicação do governo Santillo e atuou em duas frentes de trabalho na época. No primeiro momento na Secretaria de Comunicação, coordenada pelo então secretário Wilmar Guimarães, se juntou aos jornalistas na tarefa de levantar todas as informações sobre o ocorrido e abastecer os jornais, rádios, revistas e televisões do Brasil e do mundo inteiro. A cidade havia sediado, dois dias antes, o Grande Prêmio de Motociclismo e as atenções estavam voltadas para Goiás. A Central de Informações montada pela Secom funcionava dia e noite para atender a grande demanda. “Quase todos os dias fazíamos reuniões de avaliação altas horas da madrugada”, lembra. Como assessor de confiança do governador, Edson Ferrari foi convocado para outra missão. “O governador determinou que junto com Dr. Halim Girade, montássemos uma equipe para atendimento psicossocial às vítimas. Montamos um pequeno escritório próximo à rua 57, que mais tarde passou a ser consultório. Num raio de 500 metros passamos a cadastrar as pessoas que tiveram algum contato com os chamados pontos quentes do Césio 137”. Segundo Ferrari, o governador queria ter o controle absoluto da situação e saber quem havia transitado nas áreas contaminadas e se as pessoas tinham algum problema de ordem médica. Ferrari lembra que o trabalho contou com o apoio de um renomado físico da Cnen e que no início a equipe ia de casa em casa em busca das pessoas e logo depois a situação se inverteu, amedrontada a população passou a buscar ajuda no local que virou referência de atendimento. “Foi uma experiência difícil. As pessoas ficaram com problemas psicológicos profundos. Não concentravam em nada. Perderam a referência, se sentiam sem proteção, perdas, o mundo das vítimas diretas havia desabado”, relembra. De acordo com Ferrari, um dos fatos marcantes para ele foi a falta de preparo da Cnen em ligar um problema de tamanha magnitude. “Não sabíamos de nada, foi um fato absolutamente inusitado e qualquer notícia nova era um tumulto”. O presidente do TCE reforça que a serenidade e conhecimento de Henrique Santillo foram



Lourdes das Neves, com as lembranças da filha

essenciais para o controle da situação. “O governador sempre orientava a equipe a informar a população de forma transparente, até mesmo sobre os estudos científicos que passaram a ser realizados”, garante.

De acordo com Edson Ferrari, a partir desse trabalho social formou-se a Fundação Leide das Neves, onde ele e a médica oncologista Maria Paula Curado foram os primeiros conselheiros. Além de dar assistência total aos vitimados, a entidade surgiu com o papel de desenvolver estudos científicos sobre o maior acidente radiológico do mundo.

“Aprendemos muito com o acidente. Até hoje muitos ainda sofrem os resquícios deixados pelo Césio 137 e com as tristes lembranças. Ficou claro que o Estado enquanto instituição deve estar preparado para socorrer a população de qualquer trauma social. Tenho clareza que demos exemplos para o mundo inteiro”, conclui Ferrari.

Lições da tragédia

O acidente com a cápsula

Césio 137, fonte de energia de um aparelho de radioterapia, ocorrido em Goiânia há 25 anos, causou graves problemas e muita perplexidade a toda população da capital. À medida que a dimensão da tragédia era divulgada, o medo e a insegurança passaram a fazer parte do dia a dia da população do Estado de Goiás.

“A grande lição que ficou e que deve ser perpetuada é que pouquíssimas gramas do pó do Césio 137 podem derrubar uma capital, um estado inteiro, resultando em consequências para toda vida”. É o pensamento do médico Halim Antônio Girade, superintendente executivo da Secretaria de Estado da Saúde (SES-GO). Girade cursou Física na Universidade de Brasília e na França estudou os efeitos da radioatividade nos seres humanos. Na época do acidente exercia a função de superintendente de Ações Básicas de Saúde, também ligada à SES-GO, e emprestou sua experiência desde os primeiros momentos, no árduo trabalho em busca de soluções para os inúmeros problemas causados pelo Césio.

Na época a Secretaria Estadual da Saúde, sob o comando de Antonio Faleiros, foi responsável pela mobilização das demais pastas do governo para dar início a uma operação de emergência que durou alguns meses, lembra Halim. “Fui responsável pela montagem de toda logística para o trabalho de descontaminação de Goiânia e para o atendimento às vítimas”, relembra.

Segundo Halim, a histórica e inusitada tragédia com a violação da cápsula com o Césio 137 mostrou a real necessidade de se criar uma instituição permanente para assistência aos radioacidentados. Assim nasceu a Fundação Leide das Neves, da qual Halim Antonio Girade, foi o primeiro presidente. “A Fundação foi um importante passo no caminho do conhecimento das questões da contaminação por materiais radioativos e na assistência às vítimas”, garante. Até 1991, Halim Girade dirigiu a entidade ao lado da médica oncologista e



pesquisadora Maria Paula Curado e contou com a colaboração de uma equipe de grandes especialistas. “Pelas atribuições da Fundação, não apenas os radioacidentados diretos devem ter assistência e acompanhamento como também seus filhos e netos”, garante.

Passados 25 anos do acidente, percebe-se que o Césio 137 deixou traumas imprevisíveis nas vítimas diretas e também nas pessoas que trabalharam na árdua missão de devolver a tranquilidade a um povo que foi obrigado a enfrentar o perigo totalmente desconhecido. Da convivência com o acidente, o médico Halim Antonio Girade também tirou suas lições. “Quando se trata de elementos radioativos, é vital a vigilância e o monitoramento com rigor por parte da Cnen e das autoridades ligadas à área. O acidente de Goiânia deve servir de alerta para o extremo cuidado que a humanidade deve dispensar a qualquer contato com as questões relacionadas à energia nuclear, em todas as suas formas”, ressalta contundente o médico.

MEMORIAL

Em função do trabalho na Fundação Leide das Neves Ferreira, Halim Antonio Girade, por mais de cinco anos, conviveu muito próximo com as vítimas e conhece bem suas histórias. “Muitos ainda sofrem com a discriminação, carregam desequilíbrio emocional e são seres humanos que merecem ser respeitados pela sociedade e pelo governo. As vítimas devem receber assistência *ad aeternum*, alerta, para depois acrescentar: “Meu desejo é que seja erguido um memorial. O sofrimento e angústia passados não podem ser esquecidos. Os jovens sabem pouco sobre o acidente. É preciso resgatar a história. O conhecimento acumulado não pode ser perdido, serve de exemplo para que outras gerações não passem pelo sofrimento e angústia que passamos”.

Escolha de Abadia de Goiás para abrigar o lixo radioativo levou à emancipação do município e à instalação de um avançado centro de estudos da Cnen

Lá, plantando, tudo dá.

São dezenas de goiabeiras, cajueiros, jabuticabeiras, pés de manga e de acerola. As hortas, 100% orgânicas, produzem alface, couve, coentro, cebolinha e hortelã. Nem é preciso fazer silêncio para ouvir o canto de pássaros típicos do Cerrado, mas é preciso estar atento para não perder as acrobacias de macaquinhos e outros animais da fauna nativa, que se deslocam muito à vontade pelo local. Os córregos Quati e Dourado são um convite à pesca e favorecem a produção de hortaliças, mesmo no quente e seco inverno goiano. A área, de 1.600 mil metros quadrados, que faz divisa com os municípios de Guapó, Trindade, Aparecida de Goiânia e a capital, Goiânia, poderia ser uma região de preservação ambiental como outra qualquer, mas é o parque que abriga o depósito definitivo dos rejeitos radioativos gerados pelo acidente com o Césio 137.

Inaugurado em 5 de junho de 1997, pelo governador da época, Maguito Vilela (PMDB), o Secretário de Assuntos Estratégicos, Ronaldo Sadenberg e o Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen), José Mauro Esteves dos Santos, entre outras autoridades, o depósito deixou então a condição de “provisório” para se tornar “definitivo”.

O então distrito de Abadia de Goiás começou a receber os rejeitos do Césio na noite do dia 19 de outubro de 1987, pouco mais de um mês após a retirada da cápsula dos escombros do Instituto Goiano de Radioterapia, em 13 de setembro daquele mesmo ano. Com a descontaminação dos focos, era preciso remover os rejeitos para um local afastado de núcleos populacionais, de trânsito ou de mananciais de água. Após diversas especulações e suas inúmeras

repercussões, foi escolhido um terreno, nas proximidades da capital. Um piso de concreto, espesso e a céu aberto, foi o primeiro depósito dos tambores contendo o lixo radioativo.

O transporte durou dias. O acidente gerou 6 mil toneladas de lixo, acondicionados em uma embalagem especial para os restos da fonte de Césio; 4.223 tambores comuns, de 200 litros cada; 1.347 caixas metálicas; 8 recipientes de concreto e 10 contêineres marítimos. Enquanto isso, a população da pequena Abadia protestava. Temiam o desconhecido, os prejuízos financeiros, a perda da saúde, a discriminação e a morte.

Desde o dia 29 de setembro — considerado o “marco zero”, pois foi o dia em que o então governador Henrique Santillo (já falecido) e o secretário de estado da saúde Antônio Faleiros, tomaram conhecimento do que realmente estava acontecendo — a Comissão

Centro Regional de Ciências Nucleares do Centro - Oeste



Rejeitos do Césio
impulsionam
desenvolvimento e
produção científica



Nacional de Energia Nuclear (Cnen) e o poder executivo se fizeram presentes junto à população, tentando entender, explicar e minimizar os efeitos da tragédia. Neste contexto, os rejeitos, já em Abadia, eram monitorados dia e noite e a vigilância era constante. Todos os esforços tinham a finalidade de conter o pânico da população, transmitir confiança e assegurar que o pesadelo teria fim.

Vinte e cinco anos depois, os objetivos daquela época, pelo menos no que se referem aos rejeitos do acidente, foram alcançados. A população de Abadia de Goiás, emancipada em 1995, convive harmonicamente com o depósito definitivo, construído ao lado do provisório, após exaustivos estudos multidisciplinares, ligados às áreas de meio ambiente, economia, geologia, segurança nuclear e sociologia. O depósito está nas dependências do Centro Regional de Ciências Nucleares do Centro Oeste

(CRCN-CO), uma unidade da Cnen, que, por sua vez, está instalado no Parque Estadual Telma Ortegal.

O Coordenador do CRCN-CO, Leonardo Bastos Lage, natural de Anápolis, matemático, servidor de carreira e o primeiro goiano a dirigir a unidade, explica que, ao contrário do que muita gente pensa, os rejeitos estão acima do chão e não abaixo dele. Seja do solo ou do alto do mirante, dois pequenos morros, retangulares e cobertos com grama verde, mesmo no período seco, se destacam na paisagem.

Lage conta que, para evitar qualquer possibilidade de contaminação do lençol freático, o alicerce de cada morro é um piso, de concreto armado, com 25 centímetros de espessura. No centro, foram colocadas as embalagens que continham os rejeitos com os mais altos níveis de radiação, as do chamado Grupo 5. Apenas 1,3% do volume total de rejeitos pertence a este grupo que é, porém, o mais perigoso, pois continuará oferecendo riscos pelos próximos 300 anos. Em volta, muros de concreto, também de 25 centímetros de espessura. A segunda “camada”, em redor do centro, abriga 511 metros cúbicos de rejeitos do Grupo 4, também perigoso pelos próximos 250 anos. Mais um muro, também de concreto, faz a divisória para abrigar o lixo classificado como Grupo 3. Ao todo, estão encaixotados 551 metros cúbicos de rejeitos, perigosos por mais 150 anos. Outro muro e um outro Grupo, o 2, com 805 metros cúbicos de rejeitos e radiação ativa por mais 90 anos. Mais um muro e, finalmente, o Grupo 1, com 1.350 metros cúbicos de rejeitos, considerados, 25 anos depois, “tecnicamente” inofensivos.

Mais um muro, uma tampa, uma espessa camada de terra e grama cobrindo tudo, em cada um dos morros e estão prontas as duas caixas ultrafortes do depósito definitivo. Todo o lixo do Grupo 1, o mais perigoso, ficou no depósito 1. O restante, dos grupos 2 a 5, foi di-

vidido em duas partes iguais. Sendo assim, cada caixa guarda 3 mil toneladas de lixo radioativo.

“Nem mesmo um terremoto de alta intensidade é capaz de danificar as caixas”, assegura o Coordenador. Em 25 anos de existência, independente da condição de provisório ou definitivo, nada vazou e tudo o que se planta no terreno é consumido pelos funcionários do Centro, algo em torno de 50 pessoas, entre servidores federais efetivos, prestadores de serviço e colaboradores.

GANHOS

A escolha de Abadia para abrigar, em caráter definitivo, os rejeitos do acidente com o Césio, não só emancipou a cidade como fez com que ela abrigasse um centro de estudos e pesquisas, visitado por aproximadamente 10 mil pessoas, todos os anos, e referência em quase todo o mundo. Além do depósito, o Centro possui um Laboratório de Radioecologia, um elaborado Programa de Monitoração Ambiental (PMA) e um Centro de Informações que atrai estudantes e turistas de todo o Brasil, Europa e América Latina. Prova que o acidente com o Césio 137, apesar das perdas, também trouxe ganhos e conquistas.

Conforme prevê a Constituição Federal de 1988, qualquer município, de qualquer unidade da federação, que abrigue instalações de órgão federal, cuja atividade ou itens armazenados, sejam potencialmente perigosos, têm direito a uma

contrapartida financeira, por parte da União, para compensar a assunção dos riscos. Sendo assim, desde que passou a abrigar o lixo radioativo, Abadia de Goiás recebe repasses mensais do Governo Federal.

Lage informa que, atualmente, o Governo Federal, por meio da Cnen, repassa R\$ 25 mil por mês ao município. “Falando assim, parece pouco, mas é um dinheiro que rende nas mãos de um bom gestor. Sabemos de várias obras que foram feitas com o dinheiro dos repasses”.

A Cnen também aprendeu lições importantes com o acidente de Goiânia. O Coordenador do CRCN-CO conta que os ensinamentos e técnicas foram impulsionados pelo ocorrido, bem como o controle das fontes radioativas. Segundo ele, há hoje, no Brasil, um cadastro atualizado, integrado e com rígidas normas de uso e descarte. “O césio, por exemplo, não existe na natureza. É um subproduto do urânio, que só é produzido na Alemanha e na Inglaterra. Se o dono de uma clínica ou hospital resolver importar um aparelho com uma fonte de Césio, saberemos exatamente quem é, para que quer, por quanto tempo, em qual endereço, tudo”, detalha.

A Cnen também possui um tratado de devolução de fontes radioativas com todas as nações que, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), pesquisam, produzem e manejam fontes de energia nuclear para fins pacíficos. “Isso quer dizer que, quando aquela

Nem mesmo um terremoto de alta intensidade é capaz de comprometer a segurança do depósito

Leonardo Bastos Lage
Coordenador do CRCN-CO

peça, com fonte de Césio, que foi importada há 20, 30 anos, não for mais útil, ela poderá ser devolvida para quem a vendeu, seja a Alemanha, seja a Inglaterra”, exemplifica.

Sobre a elaboração de um Procedimento Operacional Padrão (POP) em casos de acidentes radioativos, Lage diz que não há nenhum. “Até porque, cada acidente é único”, fala, comparando Chernobyl, Goiânia e Fukushima. “O que temos é uma padronização da prevenção, em que informação é o item principal. O símbolo da radiação mesmo, hoje, é bastante conhecido”.

EDUCAÇÃO E LAZER

Tão conhecido que está presente até na bandeira da pequena Abadia de Goiás. A cidade, com pouco mais de 15 mil habitantes segundo o último senso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), fez do limão uma limonada e se mobiliza para ver cumpridas algumas das promessas, feitas 25 anos atrás.

Uma delas, é fazer do Parque Telma Ortegual uma opção mais completa de turismo e lazer, com a implantação de projetos educacionais, recreativos e científicos, com soltura de animais, plantio de mudas de espécies nativas e trilhas .

A segurança do local é feita por um Batalhão da Polícia Militar Ambiental e monitoramento eletrônico 24 horas. Até hoje, ninguém tentou invadir, depredar ou danificar o Centro ou adentrar o Parque. “Apesar da boa convivência, ainda há muito folclore sobre o depósito. Acho que é por isso”, comenta Lages, aos risos, enquanto checa as imagens que chegam à sala principal da central de monitoramento.

Enquanto isso, o maior movimento acontece mesmo é no Centro de Informações, cujo ápice de visitas aconteceu em 2007, por ocasião dos 20 anos do acidente em Goiânia. Com o resgate histórico de 25 anos, o aumento da procura é, novamente, esperado. A média anual é de 10 mil visitantes, a maioria estudantes, dos mais diversos níveis, inclusive de mestrado e doutorado.

O conforto e a funcionalidade são as principais características do prédio, que conta com um auditório de 88 lugares, um pequeno museu, modernos recursos audiovisuais, um saguão com painéis sobre aplicações de tecnologias nucleares e uma modesta biblioteca, porém com um bom acervo sobre o acidente radiológico de Goiânia. O Centro também disponibiliza acesso às principais pesquisas em andamento, nas áreas de tecnologia nuclear, radioproteção, segurança nuclear e meio ambiente.

Palestras ou visitas, para grupos de estudantes ou de instituições públicas ou privadas, podem ser agendadas pelo telefone (62) 3604-6038.



Equipamentos de detecção e prevenção de acidentes radioativos



O Programa de Monitoração Ambiental (PMA) do Depósito existe para manter um registro detalhado das condições dos morros, avaliar a dose real ou potencial de radiação no local e adjacências, detectar eventuais falhas e agir para corrigi-las e prestar informações para o público em geral. Os dados obtidos são analisados a cada três meses, incluindo amostras de solo, vegetação e sedimentos. A qualidade do ar e as condições meteorológicas também fazem parte do levantamento e descrevem a velocidade e a direção dos ventos, temperatura, pressão, umidade do ar, índice de precipitação pluviométrica e radiação solar. Ou seja: a brisa, a ventania, a cor e o sabor das frutas, o comportamento dos animais, nada passa despercebido.

O Laboratório de Radioecologia foi a primeira instalação construída no Parque Estadual Telma Ortegual e é usado para realizar análises de amostras ambientais, como a água do lençol freático, solo, vegetação e sedimentos. O Laboratório de Radioproteção começou a funcionar em 2007 e, visto do alto, tem o formato de uma pétala, onde cada uma corresponde a um setor de aplicações de técnicas nucleares. Batizadas de Alfa, Gama e Beta, as pétalas possuem mais de R\$ 2 milhões de reais em equipamentos e um gerador próprio de energia elétrica, que entra em funcionamento imediatamente, em caso de interrupção do fornecimento.

O físico Rugles César Barbosa é responsável pelo laboratório e explica, resumidamente, que na pétala Alfa são desenvolvidas pesquisas voltadas para o aspecto ocupacional do depósito e imediações. Na pétala Beta são tratadas as questões ambientais e, na Gama, as de irradiação.

No prédio em formato de pétala, estão os equipamentos usados em casos de emergências radiológicas, desde simples cones e fitas de isolamento até portais detectores e canetas desométricas. As equipes, sempre de plantão, estão aptas a atuar, caso seja necessário, com órgãos da segurança pública e defesa civil e disponibilizam um telefone de atendimento: (62) 9979-4444.



Rugles César Barbosa, responsável pelo laboratório





Um dos procedimentos mais comuns para o grupo de emergência radiológica é a averiguação da presença (ou não) de radioatividade em objetos estranhos ou de procedência desconhecida. Mais uma lição do acidente em Goiânia.

CÂNCER DE MAMA

Rugles e Lages lembram que, em 2008, em Montividiu, a 270 quilômetros de Goiânia, os moradores de uma fazenda encontraram um objeto estranho e, com medo, procuraram as autoridades locais. O CRNC-CO foi acionado e enviou técnicos ao local. O material foi recolhido e foi constatado que não havia radioatividade no objetivo, identificado depois como um tanque de nitrogênio, de um foguete da Agência Espacial Americana, a Nasa.

O Laboratório de Radioproteção conta com alguns dos instrumentos mais precisos para a calibração de equipamentos, capazes de medir com precisão máxima a intensidade da radiação liberada. Segundo Rugles, todas as pesquisas são minuciosamente documentadas e voltadas não apenas para o domínio do uso das fontes radioativas, mas,

principalmente, em benefício da sociedade.

Por esta razão, o CRCN oferece cursos de treinamento, de curta duração, para profissionais que atuam nas áreas de saúde, fiscalização e segurança, capacitando-os para agir com rapidez e precisão na identificação da emergência e na adoção das medidas de proteção. Os conteúdos são ministrados por meio de palestras com recursos audiovisuais, simulações de situações de emergência e leitura de documentos técnicos e apostilas.

Uma pesquisa de grande visibilidade e muito orgulho, premiada pela gigante dos cosméticos Avon, foca no controle de qualidade das mamografias. Desenvolvida pelas pesquisadoras e servidoras de carreira Rosângela da Silveira Corrêa e Maria Eugênia Lemos, mais parceiros, o estudo “Impacto de Programa de Avaliação da Qualidade da Imagem e da Dose em Mamografia” conquistou o 2º lugar do

Concurso Avon de Prevenção e Combate ao Câncer de Mama e, certamente, contribuirá positivamente no tratamento de homens e mulheres, vítimas da doença.

Com um equipamento alemão em mãos, usado para rastrear a dose de radiação recebida, Rugles Barbosa valoriza a produção científica dos pesquisadores do Centro goiano e acrescenta que as parcerias são fundamentais para o amplo desenvolvimento dos estudos e sua aplicação no cotidiano.

Lages acrescenta que as parcerias permitem o compartilhamento de recursos humanos e de infraestrutura e podem ser permanentes ou com prazos predefinidos. Entre os principais parceiros do CRCN-GO estão: Secretaria de Estado da Saúde (SES), Universidade Federal de Goiás (UFG), Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), Saneago, Secretaria de Ciência e Tecnologia (Sectec), Fundação de Amparo à Pesquisa (Fapeg), Sociedade Ambientalista do Cerrado (SABC), vigilâncias sanitárias de vários municípios, hospitais, clínicas e a Polícia Militar (PM).

As atividades do Centro Regional de Ciências Nucleares do Centro Oeste (CRCN-GO), monitoradas dia a dia, hora a hora, dão origem a um relatório quadrienal, cuja próxima publicação está prevista para 2014, quando o acidente com o Césio, em Goiânia, completará 27 anos. Lages diz que as perspectivas são positivas e que aposta cada vez mais na qualificação profissional e na experiência dos servidores. Ele também acredita que a interação com a população de Abadia será cada vez maior, uma vez que a cidade, mesmo que um dia deixe de abrigar o depósito, jamais irá se desvencilhar da história do Césio.

Lembranças dos sobreviventes

As pessoas que tiveram contato

com a radioatividade não são as únicas vítimas dessa história. O acidente do Césio 137 provocou alguns dramas que se tornaram um divisor de águas para muitas famílias. A perda de bens e da saúde são apenas alguns fragmentos da tragédia. Do ponto de vista psicológico e emocional, o fato marcou a trajetória de inúmeras famílias, repercutindo nos pais, irmãos e amigos das vítimas diretas do acidente. A história de Alecy Vaz Borges é um caso clássico dessa realidade.

A dona de casa é mãe de Aristides Neto, profissional que trabalhou no ferro velho onde algumas peças da máquina de radioterapia foram levadas. O relato dela é emocionante e remonta, com detalhes, o terror provocado em consequência da tragédia. Ela conta que seu cunhado e dono do ferro velho, Joaquim Martins Borges, no dia 25 de setembro comprou uma parte do aparelho roubado na antiga Santa Casa de Misericórdia de Goiânia. Seu filho, na época empregado de Joaquim, ajudou a levá-la ao ferro velho e teve, por isso, contato direto com o material do Césio 137.

Alecy ressalta que quando o Césio foi “desmascarado” o netinho — nome carinhoso que dava ao filho — teve, no primeiro momento, que pegar suas roupas e entregar aos técnicos da Cnen para enterrarem. “Decorridos alguns dias eles foram a minha casa e tiraram quase todos os móveis. Até minhas roupas eles levaram. Quem nos ajudou foram os vizinhos, dando sofá, roupas, até um tanque de lavar eu ganhei deles”.

Logo depois de descobrirem o fato, o filho apresentou febre, vômito, o que foi diagnosticado como “garganta infeccionada”. “Depois do fato, as pessoas nos ignoravam. Minha filha não brincava mais com os amigos na rua. Vivíamos em tensão constante, eu aqui em casa, meu marido no serviço, os filhos menores no colégio”, relata.

Em 1991, surgiu um caroço no pescoço do filho. Preocupado com o problema, que com o tempo não aparentava ser uma simples dor na garganta, a mãe resolveu levá-lo a um posto de saúde. Quando informado que Aristides teve contato direto com o Césio o médi-

Depois do fato,
as pessoas nos
ignoravam.
Minha filha não
brincava mais
com os amigos
na rua. Vivíamos
em tensão
constante,
eu aqui em casa,
meu marido no
serviço, os filhos
menores
no colégio

Alecy Borges

co foi incisivo com Alecy: “Você deve levá-lo onde tratam desse povo”. Após a recomendação ele procurou Maria de Paula Curado, superintendente da Suleide. Passou por uma bateria de exames e foi diagnosticado. Estava com tumor na rinofaringe. Ao contar o episódio, o sentimento materno emocionado falou mais alto. “Eles enfiaram agulha em todo o seu corpo. Pegaram a língua dele e (fazendo os gestos com as mãos) espremeram assim. Tadinho do meu filho”, concluiu.

Depois disso ele foi piorando. Em 1993 Aristides morreu. “Que sofrimento esse menino passou”, lembrou a mãe e nos contou mais uma passagem triste da história. “Ele se tratava com radioterapia e quimioterapia no Araújo Jorge. Certo dia, ele foi ao Hospital para o tratamento e levou apenas o dinheiro da passagem do ônibus. Chegando lá, como o atendimento é demorado, teve que comer algo. Quando pegou o transporte para voltar, lembrou que tinha gastado o dinheiro; pediu desculpas ao motorista, desceu e veio a pé até aqui — do Setor Universitário até a Fama”. A distância entre os dois barros é de aproximadamente 8 km. Quando chegou em casa, ele estava sentindo uma forte dor nas pernas. “Era o câncer nos ossos se manifestando”, afirma Alecy.

E continuou: “mas esse menino sofreu tanto, mas tanto! Tem hora que fico pensando, meu Deus, será que fui eu mesma que dei conta de passar por tudo isso? Eu, ignorante, nem sabia que existia morfina para passar dor. Toda vez que começava a se contorcer de dor, eu ia às farmácias. Quantas vezes, meu Deus, eu ajoelhei em frente a uma drogaria e pedia, pelo amor de Deus, remédio para passar a dor do meu filho. Não tinha dinheiro para comprar”.

Apesar de visivelmente emocionada, Alecy ainda descreve com detalhes as situações que o filho passou. “Aquele dor que meu menino sofria era horrível, e eu passei oito meses — tempo da fase mais difícil do tratamento — desse jeito. Eu tinha um caldeirão e (fazendo com as mãos as dimensões do utensílio) colocava água nele para ferver. Ficava tão quente que você colocava o dedo e pensava: não é possível. Pois é, ele ficava agachado no caldeirão, só com o pescoço de fora da água. Isso durava

a noite inteira”. O olhar dela ia na direção da cozinha, da outra sala, da janela; não se fixava em um ponto único como antes. Não expressava tristeza, e sim uma angústia profunda.

Nessa fase, Aristides não deitava mais. Ficava no sofá o tempo inteiro. Para amenizar as fortes dores que sentia nas pernas, amarrava uma corda na madeira do telhado de casa e assim colocava as pernas para cima e ficava balançando. “O sofrimento do Netinho era meu e de toda a família”, comenta.

Ela contou que, por muitas vezes, ele se segurava na porta e pedia para que alguém puxasse suas pernas, dessa forma, as dores diminuía. Isso durava horas. Em um outro momento, ela esquentava alguns tecidos de tergal e colocava o ferro quente sobre eles. Chegava a sair fumaça. Depois deixava nas costas do filho para ajudar a diminuir as dores. Chegou a tomar cinco Voltarem e Dipirona por dia. Quando perguntei se antes do acidente Aristides era saudável, ele me respondeu com um sorriso. “Era uma coisa linda (e, sem cerimônia, prosseguiu) eu vou mostrar o retrato dele. Ele era muito trabalhador e honesto”, falava com carinho.

Perguntei se na época existia preconceito e a resposta foi incisiva: “Filho, até hoje. Na época, meus filhos tiveram que sair da escola. Aristides também era muito discriminado, mas ele tentava deixar pra lá. Perdeu todos os amigos, o pessoal tinha medo”, lamentou entristecida.

No meio do retrato falado que faz sobre o seu drama atestou: “depois de tudo o que aconteceu, eu fico tão insegura que, quando um filho adoecer, eu já estou com aquilo na mente. Ninguém estava preparado para a bomba que veio. Não esqueço”.

A mulher que, há 25 anos, teve sua vida radicalmente transformada, recentemente perdeu uma de suas filhas, que faleceu com sérios problemas cardíacos. “Ela ficou depressiva, sofreu muito mesmo. A vida dela ficou de luto desde a morte do Netinho”, reclama. A outra filha acabou de formar-se e um dos filhos formará este ano. Na época, pararam de estudar. “Paralisou tudo. Eles voltaram a estudar depois de estarem com mais de 30 anos

É difícil explicar os dramas vividos por todos os sobreviventes. O preconceito, as humilhações, as perdas... São fragmentos da nossa dor.

Odesson Alves Ferreira

de idade”, lembrou e concluiu: “Às vezes, fico pensando na situação cruel que enfrentamos. Aquilo acabou com nossas vidas”. E, sussurrando, parecendo já acostumada com a realidade, consolidou: “Para sempre”.

PORTA-VOZ DAS VÍTIMAS

“Em 2008 fui diagnosticado com oito doenças”. A frase de Odesson Alves Ferreira sintetiza as consequências do acidente radiológico que alterou a história dele e de inúmeras pessoas. Motorista na época, o presidente da Associação das Vítimas do Césio (AVCésio), resgata, após 25 anos da tragédia, suas lembranças sobre o episódio. “Foi um divisor de águas nas nossas vidas. É difícil explicar os dramas vividos por todos os sobreviventes. O preconceito, as humilhações, as perdas... São fragmentos da nossa dor”, relata.

Odesson recebeu mais de 300 rads (o aceitável pela ciência são 5 rads). Hoje ele mostra as consequências em sua mão. Uma ferida foi aberta, e só foi cicatrizada após a realização de um enxerto. “Tomei inúmeras medicações e nenhuma delas ajudou a cicatrizar a ferida. Sentia muita dor. O enxerto foi a solução encontrada”, lembra.

Na época ele tinha 32 anos. “Era motorista, com uma saúde de ferro”, diz. Atualmente ele se aposentou pelo INSS. Foi considerado incapacitado para o trabalho. Diz que se sente indignado quando as pessoas dizem que teve sorte porque ganhou uma pensão. “Tenho 57 anos e poderia estar trabalhando normalmente”.

O aposentado conta que tem gastrite, hipertensão, bronquite, prostatite aguda, entre outras patologias. “Os médicos do Centro de Assistência aos Radioacidentados (Cara) ficam impressionados com a quantidade de doenças. A grande dificuldade diz respeito às medicações. Alguns remédios eram indicados para algumas doenças, mas contraindicados para outras”.

Segundo ele, mais de 40 pessoas da família tiveram contato, direto ou indireto, com o Césio. “Toda a minha família foi irradiada. Pessoas de outras cidades, como de Anápolis, tiveram contato com a gente”. Dentre as pessoas de sua família que morreram estão: Lei-

de das Neves e Maria Gabriela, dois ícones do acidente. Ele é irmão também de Devair e Ivo Alves Ferreira, já falecidos e que se contaminaram com a capsula radioativa. O tema já é algo que está impregnado no cotidiano. Sempre que a família se reúne, tentam falar sobre outros assuntos, mas o Césio 137, segundo Odesson, sempre entra em pauta.

Perguntado se existe depressão, o presidente da associação pontua que é difícil não ter doenças psíquicas devido ao sofrimento causado pelo fato. “Eu tenho a impressão de que estamos, de certa forma, de luto permanente. Não sabemos a dimensão disso no nosso organismo e podemos morrer a qualquer momento”. E continua: “Conheço pessoas que já tentaram suicídio quatro vezes devido à falta de perspectiva depois do Césio. Muitos viram o irmão, a mulher falecerem de maneira trágica. Minha filha, por exemplo, sempre teve os ossos muito frágeis, nunca praticou nenhum esporte. Acredito que são sequelas do acidente. Sem falar ainda das perdas materiais”.

A vítima do acidente argumenta que perderam quase tudo. Casa, móveis, roupas; tudo virou rejeito e está enterrado em Abadia. “O governo nos ajudou financeiramente, mas muita coisa tinha valor sentimental. Minha gravata de casamento, que guardava com carinho, foi levada, assim como fotos e lembranças”, lembra com tristeza.

Seus vizinhos chegaram ao ponto de se organizar para apedrejar a sua esposa. “A ação só não ocorreu porque ela fugiu”, diz. Ainda de acordo com ele, fizeram um abaixo assinado para expulsar sua família da residência onde moravam. “Pela vergonha e o medo de sermos discriminados, nos distanciamos das pessoas. A depressão, alias, é motivada pelo isolamento social”, argumenta.

Do ponto de vista profissional, a tragédia teve muitas sequelas negativas. Segundo Odesson, sua família tentou montar empresas, mas as tentativas foram frustradas. A dificuldade se resumia no preconceito. “Nós abrimos frutaria, confecção, bar. Nada dava certo porque quando as pessoas ficavam sabendo que nós éramos sobreviventes do Césio, não passavam nem na porta”.





Odesson diz que alguns técnicos do Cnen e da SES disseram que teriam até 2,6 anos de vida. “É impossível não se assustar com tantas informações que tínhamos. No Hospital Marcílio Dias, no Rio de Janeiro (aonde algumas das vítimas foram levadas) tinha uma geladeira que estava cheia o tempo todo, com várias ‘guloseimas’. Os médicos diziam que queriam ver os pacientes morrerem com a ‘barriga cheia’, felizes”. Ele ressalta que foi muito difícil saber que pessoas próximas não tinham possibilidade nenhuma de sobreviver, e finaliza: “os caixões já estavam na unidade, só esperando a morte das vítimas”.

TRÊS SOBREVIVENTES E UMA MESMA HISTÓRIA

Apesar de cada vítima ter um olhar particularizado sobre o acidente, os dilemas e desafios enfrentados por eles se entrelaçam. As marcas na história de cada um são semelhantes e ainda hoje continuam sendo feridas abertas. O preconceito, as perdas materiais, os problemas de saúde são alguns dos fatos que integram o ‘retrato falado’ feito pelas vítimas sobre o episódio. Para resgatar um pouco da história dos radioacidentados, conversamos com três testemunhas oculares do fato.

Suely Lina de Moraes (grupo 2), secretária do AVCésio, morava ao lado de um dos ferros velhos para onde a máquina de radioterapia foi levada. Toda a família foi irradiada. Chegou a morar na Febem. Mirami Francisca do Nascimento (grupo 1), também residia próximo ao local onde a cápsula foi aberta. Toma cinco remédios de uso contínuo (4 para o coração) e se emociona facilmente ao falar sobre o assunto. Kardec Sebastião dos Santos (grupo 1), na época foi levado ao Hospital Marcílio Dias (RJ) para tratamento. Também viajou para Cuba com o objetivo de se tratar. Como teve contato direto com o material radioativo, tem algumas sequelas pelo corpo. Os três enfrentaram situações diferentes mas com um ponto em comum: o sofrimento.

O PRECONCEITO

Após o acidente, a relação das vítimas com a discriminação era latente. Muitos relatam histórias dramáticas sobre a reação da so-

cidade, quando descobrem que eles são vítimas do maior acidente radiológico do mundo. Para as pessoas entrevistadas, o preconceito existe até hoje, mas de forma velada. “Dificilmente alguém declara o medo e o preconceito, mas tem dificuldade de se aproximar”, revela Mirami Francisca do Nascimento, vítima do grupo 1.

Em suas lembranças, a dona de casa diz que, na época, muitos amigos dos filhos o chamavam de irradiados. “Os meus filhos chegavam da escola chorando. Ninguém os queria por perto”, afirma. Visivelmente emocionada, comenta ainda que, na época, ficou grávida e pessoas próximas diziam para ela abortar. Falavam que sua filha nasceria como um monstro.

Suely Lina, secretária da Associação das Vítimas, também teve problemas com a escola dos filhos. Lembra que deixava os filhos na escola e os funcionários do colégio não os deixaram entrar. “Foi muito desgastante” diz a colaboradora da AVCésio. Ela recorda também de outra história trágica. Diz que logo depois do episódio com o Césio sofreu um acidente de trânsito ao lado do marido. “Tivemos que sair do hospital às pressas quando descobrimos que éramos vítimas do acidente radiológico”.

Em outro episódio, se não fosse pelo irmão, ela afirma que poderia ser linchada. “Fui para a cidade onde ele residia no interior de Tocantins, e fiquei sabendo que os moradores queriam me linchar. É um absurdo o que passamos”, diz entristecida, e complementa que se sente magoada. “As pessoas não nos aceitam” e desabafa: “Tem gente que nunca mais namorou. Se sentia inferior”.

Muitas vítimas relatam que já ouviram histórias bizarras sobre o assunto. Goianos que viajavam para outros estados e não podiam almoçar em restaurantes ou ficar alojados em hotéis pelo medo e desconfiança de seus proprietários. Outros falam que não podiam mais comercializar produtos em outras regiões do país, porque ninguém queria comprar.

SILÊNCIO SOBRE O ACIDENTE

“Eu prefiro esquecer toda situação que passamos”. A frase de Mirami ecoa na fala de muitas vítimas entrevistadas. O discurso é o mesmo: não se sentem confortáveis para falar.

Fui para a cidade onde meu irmão residia no interior de Tocantins, e fiquei sabendo que os moradores queriam me linchar. É um absurdo o que passamos.

Suely Lina

“Quando querem saber, por exemplo, porque tenho a totalidade do Ipasgo, eu prefiro des- conversar. Falo que meu marido morreu, ou algo parecido, para não dizer sobre o meu envolvimento com o Césio”, diz Mirami.

Ela diz também que seu marido e os filhos detestam ouvir algo sobre o tema. De acordo com sua versão, foi a maneira encontrada por eles para esquecer a tragédia. “Lembrar do acidente provoca muitas emoções guardadas”, argumenta ao lembrar de sua gravidez logo após o acidente. “Nos 9 meses da gestação, minha vida era chorar”.

Outro que não gosta de lembrar é o radioacidentado Kardec Sebastião. Ele se diz preocupado quando o assunto é o Césio 137. “Tenho medo de falar que sou vítima por me sentir discriminado”. Relembra que seus amigos se afastaram, ninguém queria se envolver com sua família.

O aposentado e sua esposa, Luiza Odet Mota, foram algumas das vítimas levadas para o Hospital Marcílio Dias, no Rio de Janeiro, onde ficaram 3 meses. Ele pontua que ouviam notícias de pessoas morrendo e imaginavam que poderiam falecer também. “O problema é que ninguém falava nada do que estava acontecendo, e o pior, nós percebíamos que nem os profissionais sabiam qual era a gravidade da situação”.

PROBLEMAS DE SAÚDE, ALGUMAS HUMILHAÇÕES E PERDAS MATERIAIS

Além do preconceito, as vítimas denunciavam situações humilhantes que passaram, como por exemplo, a ida ao Estádio Olímpico para fazer a medição da radioatividade. Mirami não tem dúvida quando perguntado sobre o sentimento de ser obrigada a estar no local. “Foi muito constrangedor. Pessoas vinham de todo o mundo, para nos entrevistar, e não sabíamos o que ia acontecer com a gente”. De acordo com dados da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen), 112.800 pessoas foram examinadas sobre a radioatividade, e apenas 249 apresentaram uma taxa indicativa de contaminação.

Para Suely, situação humilhante aconteceu na Febem. Diz que foram visitar o lugar

e foram obrigados a ficar no local. “Eles — os profissionais da Cnen — só nos liberaram quando prometi que ia trazer a urina dos meus filhos”. Apesar de reconhecer o trabalho dos técnicos, não entende porque teve que passar por essas e outras situações.

Em relação às perdas materiais, todos são enfáticos em dizer que perder os bens materiais de uma maneira inesperada foi assustador. Eles perderam a casa, com os móveis e roupas. Tudo foi levado à Abadia, para ser enterrado. “A dificuldade foi que um dia estávamos na nossa casa e no outro não tínhamos mais nada. Fomos pegos de surpresa”, informa Mirami.

Quanto às reclamações sobre os problemas de saúde, todos têm uma mesma preocupação: a hipótese de contrair doença agora, já que estudos apontam que, em 3 ou 4 décadas, algumas patologias podem ser diagnosticadas devido à radioatividade. “É muito assustador tudo isso”, concluiu Mirami. Já Kardec se preocupa com os descendentes ao dizer que seus filhos não tiveram doenças, mas teme pelo pior. “Qualquer situação nos preocupamos já que o perigo é de agora para frente”, declara.

Atualmente todos os entrevistados possuem sequelas físicas do acidente. Eles dizem que é comum as vítimas reclamarem de problemas de saúde. Pressão alta, depressão, osteoporose, problemas de coluna e cardíacos, lesões pelo corpo, gastrite, entre outras. Apesar de existir pouca evidência científica sobre relação entre as doenças com a radioatividade, as vítimas acreditam que as patologias estão ligadas ao episódio do Césio 137. “Não é normal termos tantas doenças. É, no mínimo, incomum”, desabafa Mirami, ao comentar que toma remédio de uso contínuo (quatro para o coração e um para Lúpus), tem refluxo nas pernas e, nos dois últimos anos, realizou duas angioplastias.

As queixas não são diferentes para Kardec. Ele, que se aposentou por invalidez, diz que perdeu “toda” a saúde, assim como a sua mulher. Além da ferida cicatrizada no braço (teve contato direto com o pó do Césio 137), tem pressão alta, sintomas de depressão, problemas de medula, e as plaquetas sempre estão

abaixo do nível normal. A situação de sua esposa é igual. Tem osteoporose, lesões no pescoço, barriga e seios.

No caso de Suely, a reclamação é do tempo “perdido” com os tratamentos. Ela diz que sua vida e a de muitos se resume a fazer exames, tomar remédios e ficar na “mão de médicos”. “As crianças não tiveram infância. Não puderam brincar de boneca, de bola. Era diária a ida ao hospital”, relata.

De acordo com a diretoria do Centro de Assistência aos Radioacidentados (Cara), a cada seis meses as vítimas devem procurar atendimento no centro para realizarem exames de rotina. Nos primeiros anos após o acidente, as visitas eram mais constantes.

Apesar dos problemas, a secretaria da AVCésio também atesta que se preocupa com os radioacidentados que não procuram atendimento no Cara. “A população irradiada precisa buscar tratamento. Urgente”. Comenta que muitos não vão pela vergonha.

PONTO DE VISTA MÉDICO

“A tendência de um estresse é muito maior nos radioacidentados do que em qualquer outra pessoa”. Essa afirmação é do diretor técnico do Cara, José Ferreira da Silva, que, há praticamente 25 anos, atende as vítimas. O médico, que já realizou curso de radioatividade no Japão, foi um dos primeiros profissionais contratados pela antiga FunLeide, para trabalhar na assistência médica.

Para ele as vítimas se sentem pessoas doentes, por mais que não tenham patologia alguma. “Uma pessoa que participa de um desastre de carro, de moto, vai ter sequelas, mas a tendência é o esquecimento. No caso dos radioacidentados, não. Ele traz aquela história de que, no futuro, terá grandes chances de ter uma doença. E não só nele, também nos seus descendentes.

O médico explica que, por apresentarem mais estresse, existe uma tendência de aparecerem mais doenças psicossomáticas, como insônia, perda de cabelo, náuseas, tonteira, cefaleia e hipertensão. Ele esclarece que todas essas doenças podem aparecer em maior número porque a saúde desse indivíduo é desequilibrada.

“São pessoas que se sentem eternamente enfermas”, ressalta. “Mesmo depois de 25 anos isso ainda é muito evidente. Muitas vítimas se sentem injustiçadas, discriminadas, se culpam pelo episódio ou creditam culpa a alguém, e isso é um acidente dentro do acidente”. Por isso, segundo ele, algumas doenças psicossomáticas se manifestam. José Ferreira pontua que a grande dificuldade é diagnosticar essas doenças. “Elas sentem os sintomas, mas os exames não identificam nada. Por isso fazemos uma assistência global nos pacientes”.

Atualmente, de acordo com José Ferreira, a ciência aceita que, depois da fase aguda, existe grande possibilidade de manifestação de algumas doenças. “Tipos de câncer, linfoma, leucemia, catarata, já foram provados que podem ser motivadas pela radiação”.

Sobre pesquisa com os radioacidentados, o profissional diz que a Fiocruz realizou um estudo, depois de 20 anos do acidente. A conclusão é que não houve grandes alterações em relação ao aparecimento de câncer. “Mas é importante ressaltar dois pontos: o primeiro é que nessa população estudada (grupo 1 e 2) é pequena para identificar mudanças significativas; e 2º, a quantidade de tempo depois da tragédia é mínima”. Ele fala que foram feitos estudos no Japão sobre os efeitos da explosão da bomba nuclear em Hiroshima e Nagasaki mostrando que existe uma tendência de aparecimento de doenças após 30, 35 anos nas pessoas irradiadas.

Para impedir que doenças psicossomáticas apareçam é necessária uma grande dose de pensamento positivo, diz o médico. “As pessoas precisam ter um pensamento otimista sobre o fato. Essa atitude é um suporte para as doenças não aparecerem”.

A dificuldade foi que um dia estávamos na nossa casa e no outro não tínhamos mais nada. Fomos pegos de surpresa

Mirami Francisca

Mesmo depois de 25 anos, muitas vítimas se sentem injustiçadas, discriminadas, se culpam pelo episódio ou creditam culpa a alguém, e isso é um acidente dentro do acidente

José Ferreira da Silva



CARA

pesquisa e assistência às vítimas do acidente

HISTÓRIA

Seis anos de vida e uma história que ficou para a eternidade. Leide das Neves Ferreira foi a vítima do acidente com o Césio 137 que mais comoveu a sociedade. A partir do seu nome, como forma de homenagem póstuma, nasceu a Fundação Leide das Neves Ferreira (FunLeide). A fundação foi criada pela Lei nº 10.339, de 9 de dezembro de 1987, e instituída pelo Decreto nº 2.897, de 11 de fevereiro de 1988. De acordo com a oncologista Maria Paula Curado, a FunLeide foi baseada na RERF – *Radiation Effects Research Foundation*, uma fundação criada logo após o episódio com a bomba atômica de Hiroshima (Japão), justamente para estudar os efeitos da radiação.

Halim Antonio Girade, atual superintendente Executivo da SES, foi o primeiro presidente da Fundação. Em um relatório sobre a FunLeide produzido um ano após o acidente, Girade fala sobre o trabalho pioneiro e eficiente da instituição e ressalta a colaboração das universidades brasileiras e das comunidades científicas nacional e internacional. Além da assistência, a Fundação Leide nasceu com o objetivo de descobrir, analisar e acompanhar os males que a ação do Césio 137 pode causar no corpo humano.

Em novembro de 1999, por força da Lei nº 13.550, que modificou a organização administrativa do Poder Executivo, a FunLeide foi extinta e suas competências transferidas para a Secretaria de Estado da Saúde (SES-GO), substituída então pela Superintendência Leide das Neves Ferreira (SuLeide).

No ano passado, por conta da reforma administrativa e atendendo a recomendações do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado, a superintendência foi transformada em Centro de Assistência aos Radioacidentados – Cara.



Muitos dos profissionais estão aqui desde a criação da Fundação Leide das Neves e o contato que eles têm com as vítimas é praticamente um contato familiar

André Luiz

ATENDIMENTO

A equipe de atendimento médico da Fundação Leide das Neves Ferreira estruturou os grupos de pacientes que necessitaram receber acompanhamento clínico baseado nos critérios adotados pelo AIEA (*International Atomic Energy Agency*) e na sugestão feita por meio do protocolo encaminhado à FunLeide pelo médico Alexandre de Oliveira.

As pessoas que receberam acompanhamento médico foram separadas por grupos, de acordo com doses significativas de radiação. O grupo I, formado por 54 pessoas, recebia acompanhamento médico, laboratorial, psicológico, odontológico e social. As consultas clínicas eram mensais e, a cada dois meses, os pacientes faziam exames de rotina. O acompanhamento foi estendido também aos indivíduos que trabalharam na fase crítica do acidente e ficaram expostos. A população vizinha foi incluída num projeto de avaliação.



Sede do Cara

25 ANOS DEPOIS

O diretor do Centro de Assistência aos Radioacidentados, André Luiz de Souza, no cargo desde a transformação da SuLeide em Cara em 2011, explica que o Centro é, como o nome sugere, uma unidade de assistência com atendimento ambulatorial às vítimas. Atualmente, a SES, em conjunto com a diretoria da unidade, trabalha em um projeto para que a unidade seja reconhecida no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES). Com o reconhecimento, todo o serviço prestado pelos profissionais do Cara serão pagos pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

O número de radioacidentados, incluindo grupos I e II, filhos e netos de grupos I e II e grupo III chega a 1.015 pessoas. Os pacientes assistidos diretamente pelo Cara, principalmente dos grupos I e II e seus filhos e netos, são cerca de 400. A unidade conta com uma equipe multidisciplinar com médicos em várias especialidades como pediatria, cardiologia, oncologia, urologia, dermatologia, ginecologia e clínico geral, psicólogo, farmacêutico, odontólogo, assistente social, enfermeiro e auxiliar de enfermagem. “Muitos dos profissionais estão aqui desde a criação da Fundação Leide das Neves e o contato que eles têm com as vítimas é praticamente um contato familiar”, declara André Luiz.

ENSINO E PESQUISA

O nome da menina símbolo do acidente não ficou no esquecimento. Na reforma administrativa, a parte assistencial foi separada da científica. Para isso, foi criado o Centro de Excelência em Ensino, Pesquisa e Projetos Leide das Neves Ferreira – CEEPP-LNF. O órgão é responsável pelo planejamento, promoção, implantação, execução e avaliação de estudos e pesquisas voltados à população vítima do Césio 137.

O gerente do CEEPP, Rafael Souto, conta que várias pesquisas têm sido desenvolvidas pelo centro. Elas envolvem a parte social, psicológica e genética dos pacientes. Os estudos têm parceiros externos, entre eles a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Federal de Goiás (UFG), a Pontifícia Universidade Católica (PUC-GO) e a Universidade Estadual de Goiás (UEG). O corpo técnico do Centro de Excelência é formado por pesquisadores altamente especializados com mestrado e doutorado.

Entre os projetos em andamento no CEEPP, Souto destaca o “Irradia Saber”, na área de ensino e que irá auxiliar na formação dos professores da rede pública estadual e municipal. Os educadores serão capacitados a respeito da história do acidente para que sejam disseminadores das informações.

Duas pesquisas realizadas pela equipe do CEEPP já foram concluídas e serão publicadas em revista científica. Uma delas é sobre a avaliação da qualidade de vida dos pacientes 25 anos após o acidente e a outra sobre a análise da depressão dos pacientes. O gerente explica que um dos estudos revelou que 45% dos pacientes analisados relataram algum quadro depressivo. As mulheres são as que mais sofrem com os quadros depressivos, segundo a análise. O estudo também constatou o envelhecimento dessa população. Os resultados são encaminhados aos profissionais e direcionam as ações da assistência prestada às vítimas. Com base nessas pesquisas, o Cara contratará um geriatra e um psiquiatra para atender a essa população.



Primeiro Boletim Epidemiológico Césio 137

Com a criação do Centro de Excelência em Ensino, Pesquisa e Projetos – Leide das Neves Ferreira /CEEPP-LNF e a institucionalização da pesquisa pela atual gestão da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás, propõem-se através do CEEPP-LNF, inúmeras ações nas áreas de ensino, pesquisa e projetos aplicados à população exposta ao Césio 137. Este resumo do Primeiro Boletim Epidemiológico é parte destas ações integradas entre o CEEPP-LNF e o Centro de Assistência ao Radioacidentados (Cara) e pode ser uma fonte de informação capaz de auxiliar nas tomadas de decisões por parte dos gestores em saúde, além de ser instrumento que poderá subsidiar ações que direcionam para um melhor qualidade de vida da população exposta ao acidente como o Césio 137.

O resumo refere-se aos dados coletados a partir de janeiro

de 2005 a julho de 2012 e contempla a descrição das unidades de pesquisa e assistência aos radioacidentados, a organização destes pacientes nas respectivas unidades, a descrição dos atendimentos realizados pelo Cara, os impactos na saúde desta população e a mortalidade apresentada ao longo do tempo.

O Centro de Excelência em Ensino, Pesquisa e Projetos – Leide das Neves Ferreira /CEEPP-LNF agradece a cada um que direta e indiretamente trabalhou para a execução deste informativo e em especial às vítimas do acidente pela compreensão do trabalho que vem sendo desenvolvido desde janeiro de 2011. O Boletim na íntegra está disponível no site www.cesio137goiania.go.gov.br.

Rafael Souto

Gerente do Centro de Excelência em Ensino, Pesquisa e Projetos – Leide das Neves Ferreira /CEEPP-LNF

Análise descritiva

Retrospecto de janeiro de 2005 a julho de 2012 da saúde do paciente exposto ao Césio 137 em Goiânia

CARACTERIZAÇÃO DAS UNIDADES

A Lei 17.257/2011 desmembrou a Superintendência Leide das Neves (SuLeide), em duas unidades: o Centro de Assistência aos Radioacidentados (Cara) e o Centro de Excelência em Ensino, Pesquisa e Projetos Leide das Neves Ferreira (CEEPP-LNF).

O Cara é uma unidade de assistência da Secretaria Estadual da Saúde de Goiás. Coordena o sistema de referência e contrarreferência dos radioacidentados, monitora a saúde das vítimas com Césio 137. Responsável pela Junta Médica Oficial Específica, Comissão Médica Oficial Específica e o Comitê Multidisciplinar para Inclusão em Grupo III.

O CEEPP-LNF é responsável pela análise dos dados gerados pelo Cara, elabora projetos de pesquisa e produz estudos epidemiológicos com base nas informações dos grupos de acompanhamento. Além de manter intercâmbio com instituições de ensino e pesquisa, coordena o Comitê de Ética em Pesquisa Dr. Henrique Santillo.

DESCRIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS PACIENTES RADIOACIDENTADOS

Os pacientes expostos ao Césio 137 em decorrência do acidente e seguindo os protocolos da Agência Internacional de Energia Nuclear (IAEA) foram organizados de acordo com a forma de contato (contaminação ou irradiação), direta ou indireta e dose de exposição, por isso, estão dispostos em Grupos I, II e III.

Número de pessoas que atualmente são atendidas na unidade Cara

Grupo I	50 pacientes
Filhos de Grupo I	36 pacientes
Grupo II	44 pacientes
Filhos de Grupo II	34 pacientes
Grupo III *	835 pacientes
Total	999 pacientes

(*) Inclusão dinâmica de novos indivíduos, conforme avaliação do Comitê Multidisciplinar para Inclusão em Grupo III.

DESCRIÇÃO DOS ATENDIMENTOS NA UNIDADE DE ASSISTÊNCIA CARA

ANO	Atendimentos Clínica Médica	Pessoas Atendidas Odontologia	Atendimentos Assistência Social	Medicamentos Dispensados/cpr *	Pessoas Atendidas Psicologia
2005	513	90	HGG	HGG	HGG
2006	388	164	HGG	HGG	HGG
2007	260	88	291	HGG	150
2008	502	84	2909	20000	135
2009	561	135	1609	25000	150
2010	902	342	2450	25000	149
2011	699	18	3000	20000	160
Jul/2012	501	101	708	5000	189
TOTAL	4326	1022	10967	95000	933

CLÍNICA MÉDICA

De 2005 a julho de 2012, foram atendidos 4.326 pacientes no Cara contemplando a clínica médica, pediatria, cardiologia, coloproctologia, dermatologia, oncologia, ginecologia e obstetrícia. Nas demais especialidades não atendidas na unidade, os mesmos são encaminhados aos profissionais credenciados do Ipasgo e aos do Hospital Alberto Rassi, antigo HGG, em Goiânia. Por serem vítimas, possuem a integralidade do Ipasgo, para todo tipo de tratamento de saúde.

ODONTOLOGIA

O monitoramento odontológico relata que, como consequência da exposição à contaminação pelo Césio 137, ocorreram as seguintes alterações bucais nos radioacidentados: imediatamente ao acidente foram observados ulcerações, púrpura, perda e alteração do paladar, xerostomia, candidíase, sangramento gengival, cáries, periodontopatias e maloclusão. Atualmente, as principais doenças odontológicas diagnosticadas são cáries, periodontopatias e maloclusão.

ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

São fornecidos pela farmácia do Cara, os medicamentos não cadastrados pelo Sistema Único de Saúde/SUS, prescritos em consultas médicas, apenas para os Grupos I, II e filhos desses grupos.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Serviço Social atua no acompanhamento social das vítimas e de seus familiares, em atendimento às demandas espontâneas e programadas. As necessidades pessoais da coorte abrangem orientação quanto a inserção no mercado de trabalho, à qualificação para o trabalho, aos direitos e benefícios sociais, além de informações em saúde; visitas domiciliares e hospitalares; entrevistas e atendimentos durante os períodos de monitoramento.

ATENDIMENTO PSICOLÓGICO

A equipe de Psicologia presta atendimento individual e em grupo, em consultório, domicílio ou hospitais. Atualmente, as manifestações observadas são: doenças psicossomáticas, o medo de câncer e de morte prematura, uso de álcool e drogas ilícitas, comportamento de risco, compulsão social, perda da autoestima e da autoconfiança, segregação social. Tais fatores contribuem para a incidência e prevalência dos transtornos do humor.

Para mais informações acesse: www.cesio137goiania.go.gov.br

IMPACTOS NA SAÚDE

1) ASPECTOS FÍSICOS

RADIONEURITES

Após o acidente foram observados 22 casos de radioneurites em membros pertencentes ao grupo I, configurando uma prevalência de 45%.

DESFECHOS REPRODUTIVOS E CRESCIMENTO PÓS-NATAL

O monitoramento reprodutivo dos membros dos grupos incluídos nos grupos I e II revelou a inexistência de casos de abortamento espontâneo ou malformações congênitas nas gestações em curso durante ou após o acidente.

DOENÇAS CARDIOVASCULARES

As doenças cardiovasculares diagnosticadas, como hipertensão essencial e cardiopatias, são de causas multifatoriais e relacionadas à faixa etária, sem relação aparente com o acidente. A incidência observada é similar à encontrada na população em geral.

OUTRAS DOENÇAS

Doenças comuns da população em geral (diabetes, infecções das vias aéreas superiores, osteoporose, alergias, gastrites etc.); sintomas sem diagnóstico de doença (dores, cefaleia, fraqueza).

TRANSTORNOS PSÍQUICOS

Em 2011 foi realizada pelo CEEP-LNF e pela UFG uma pesquisa para rastrear sintomas depressivos e avaliar a qualidade de vida dos radioacidentados (grupos I e II). Foi verificado que os indivíduos expostos ao Césio 137 sofrem com a persistência de problemas psicossociais.

Os resultados mostraram que a exposição à radiação constitui-se um fator de risco para transtornos psiquiátricos, apontando presença expressiva de sintomas depressivos em 42,5% dos sujeitos da amostra, muito acima da prevalência esperada para a população em geral (3 a 11%). Esses resultados foram mais expressivos nos indivíduos com mais de 41 anos e, em menor intensidade, nos integrantes do grupo I e nas mulheres.

Principais doenças / números de pessoas acometidas por grupos e sexo

Sexo	Radiodermites		Doenças cardiovasculares		Diabetes		Neoplasias *		Transtornos Psíquicos **	
	GRI	GRII	GRI	GRII	GRI	GRII	GRI	GRII	GRI	GRII
Masc	17	0	10	8	1	1	3	1	9	7
Fem	5	0	7	4	1	1	2	1	7	8
Total	22	0	17	12	2	2	5	2	16	15

(*) Dados da amostra da pesquisa Qualidade de Vida e Sintomas Depressivos.

(**) A incidência de neoplasias diferentes foi achado de necropsia de um mesmo paciente.

2) MORTALIDADE

Nos grupos do acidente I e filhos de grupo I e II, as causas de óbitos foram: SAR, doença pulmonar obstrutiva crônica, homicídio, infarto agudo do miocárdio, insuficiência hepática e septicemia. No grupo III, as principais causas foram: acidente de trânsito, insuficiência cardíaca congestiva, infarto agudo do miocárdio, hipertensão arterial, AVC e acidente vascular cerebral. Há, neste grupo, 15 casos de óbitos decorrentes de neoplasias (cânceres de mama, de boca, de laringe, de colo de útero, de fígado, de língua, de amígdala).

Grupo do acidente*	Total de pessoas grupo		Óbitos Homens		Óbitos Mulheres		Total óbitos por grupo		Total vivos por grupo	
	n	n	n	(%)	n	(%)	n	(%)	n	(%)
Grupo do acidente*	4	2	50	2	50	4	100	0		
G1 *	56	5	8,9	1	1,8	6	10,7	50		
FG1 **	38	2	5,3	0	0	2	5,26	36		
G2 *	46	1	2,2	1	2,2	2	4,35	44		
FG2 **	34	0	0	0	0	0	0	34		
G3 **	887	32	3,6	19	2,1	51	5,77	835		
Total	1065	42	4	23	2,2	65	6,12	999		

(*) Número de pessoas pertencentes ao grupo à época do acidente, em 1987.

(**) Número de pessoas pertencentes ao grupo atualmente -2012

A pesquisa e o acidente com o Césio 137

Maria Zaira Turchi
Presidente da Fapeg



Desde aquele setembro,

em que a vida do povo goiano foi profundamente marcada pelo acidente com o Césio 137, pesquisadores de várias partes do mundo buscam compreender a dimensão da tragédia e produzir o conhecimento necessário para nortear a ação do Estado e da sociedade em desastres como esse que vitimou, entre tantas pessoas, a menina Leide das Neves. Os efeitos da radiação ionizante sobre aqueles que tiveram contato direto com a cápsula do Césio 137 e também sobre seus descendentes têm sido motivo de investigações permanentes por parte da comunidade científica, ao longo desses 25 anos.

Criada em 2005, portanto 18 anos depois do acidente com o Césio 137, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás – Fapeg pôde, desde o seu início, dar a sua parcela de contribuição a esse cenário. Estruturada em redes de pesquisas que atuam em áreas interdisciplinares definidas na Agenda Goiana de Fomento à Pesquisa, a Fapeg aglutinou em torno desse assunto importantes instituições com interesse científico no acidente de 1987. No âmbito da fundação, foi criada, a Rede Goiana de Pesquisa em Efeitos da Exposição à Radiação Ionizante.

A Rede reuniu pesquisadores da Superintendência Leide das Neves, da Secretaria da Saúde; do Hospital das Clínicas, da Universidade Federal de Goiás (UFG); da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO);

da Universidade Estadual de Goiás (UEG); do Corpo de Bombeiros; da Associação de Combate ao Câncer; da Santa Casa de Misericórdia; da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen); do Instituto Nacional de Câncer; e da Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz). Com fomento da Fapeg, a Rede desenvolveu, entre outras ações e projetos, o Monitoramento Retrospectivo de Indivíduos Expostos à Radiação Ionizante: Lições do Acidente com o Césio 137 em Goiânia.

Ainda nessa Rede, a Fapeg fomentou o projeto de pesquisa em Polimorfismos dos Genes de Susceptibilidade Associados aos Tumores de Cabeça e Pescoço e outras propostas na área de saúde que tangenciam o tema central desse grupo de pesquisa. Também foram concedidas bolsas de formação para mestrado e doutorado a pesquisadores de instituições de ensino e da Secretaria da Saúde do Estado de Goiás. Essa é uma das 420 redes de pesquisa da Fapeg que desenvolvem atividades científicas em áreas estratégicas como a da saúde, educação, meio ambiente, tecnologia e inovação, entre outras, primordiais para o desenvolvimento do estado.

Como agência de fomento, a FAPEG cumpre o papel de fortalecer a pesquisa científica em Goiás, investindo em programas que possam alavancar o desenvolvimento científico e tecnológico no nosso estado. Em pouco tempo de existência, a Fundação vem se consolidando no apoio a redes e grupos de pesquisa, a programas de pós-graduação e núcleos de excelência e no estímulo à inovação tecnológica em empresas sediadas em Goiás. A sua atuação, seja na concessão de bolsas de formação seja no fomen-

to aos projetos de pesquisa, tem despertado o interesse de pesquisadores do estado e de várias regiões do país. Só neste ano, mais de mil novos pesquisadores fizeram seus cadastros junto à fundação.

A pesquisa científica, que se desenvolve num determinado espaço ou contexto, aparentemente distante do cotidiano das pessoas, está profundamente inserida na vida de cada um de nós, ora na saúde, ora no meio ambiente, na educação. Com a pesquisa científica podemos compreender melhor os problemas, as dificuldades, que afetam o ser humano e encontrar as soluções para ajudá-lo a superar os desafios. Com ela é possível lançar um olhar para o futuro e escolher caminhos cada vez mais seguros para a nossa gente.

E ao se debruçarem sobre questões de relevância, como a dos efeitos do acidente com o Césio 137, nossos pesquisadores e nossas instituições de ensino superior e de ciência, tecnologia e inovação entram para a história, construindo um legado científico para o mundo inteiro.

A pesquisa científica, que se desenvolve num determinado espaço ou contexto, aparentemente distante do cotidiano das pessoas, está profundamente inserida na vida de cada um de nós

Eu me senti na obrigação de ajudar, de entender o que estava acontecendo



Maria Paula Curado é natural de Goiânia e formou-se em Medicina na Universidade Federal de Goiás (UFG). Fez residência em Oncologia no estado de São Paulo e estagiou nos Estados Unidos e na Europa. Em outubro de 1987, apresentou-se como voluntária para acompanhar as vítimas do acidente com o Césio.

Por que a iniciativa de trabalhar como voluntária no acidente?

Eu vi que era uma situação de emergência, eu sou médica e achei que era importante. Quando existe a emergência, você tem que ser voluntária. Eu não entendo você ver uma situação séria e ficar parada, vendo pela televisão. Eu me senti na obrigação de ajudar, de entender o que estava acontecendo. Como eu sou oncologista, fiquei preocupada com os efeitos tardios da exposição à radiação, da possibilidade de eles terem câncer e, então, eu queria estar por perto para poder acompanhar.

A senhora já relatou que houve uma resistência dos seus próprios colegas médicos em relação à sua atitude. Como foi isso?

Eles falaram pra mim: “você é louca, por que você está indo lá?”. Eles achavam que se expor e entrar em contato com as vítimas seria muito arriscado. Acho que era por falta de conhecimento mesmo, porque eles tinham medo da contaminação, mas existiam meios de se proteger dela.

Conte-nos sobre o trabalho desenvolvido e a sua experiência.

O trabalho foi muito difícil, pois tivemos que formar equipes multidisciplinares. Devido à maneira como as pessoas estavam encarando o acidente, a estratégia devia ser diferente do ponto de vista psicológico, social e médico. Não era uma rotina de um tratamento normal, e isso causou muita resistência dos grupos, porque as pessoas são formadas dentro da universidade para atender num determinado modelo, diferente daquele do acidente, que era inédito. Então, essas equipes precisaram entender que a abordagem não poderia ser a

mesma aplicada a um paciente normal e que as pessoas eram vítimas e pacientes. São duas coisas juntas, você lidar com uma pessoa que é vítima de um acidente e que está doente também. Deve-se levar em conta a questão social, médica e psicológica (da discriminação). É um contexto amplo e foi difícil, mas nós tínhamos pessoas muito boas na época que entenderam isso. Algumas não entendiam, mas a maioria dos voluntários entendia mais do que pessoas que estavam envolvidas por obrigação. Nós tivemos todo o apoio do Governador Henrique Santillo até onde ele pôde, pois houve muitas dificuldades. No começo, a interação da equipe da Saúde com a Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen) foi bem difícil, porque nós não tínhamos essa convivência. As regras dos físicos são diferentes das regras dos médicos, e juntá-las, colocando todo mundo junto, foi bem complicado. Porém, apesar de todas as dificuldades, no fim funcionou, e acho que todos nós aprendemos. Eu realmente aprendi muito, a questão da física, as leis, as normas...

Acho que o Governo do Estado de Goiás assumiu sua responsabilidade e fez o que podia fazer de melhor e a Cnen também. Não existem erros e nem acertos, foi uma situação construída, assim como a relação com as vítimas, entre os diversos eixos da hierarquia médica, da física e da energia nuclear. Os resultados talvez não tenham sido os esperados, mesmo porque a gente não sabe realmente qual seria o final dessa história... Muitas vítimas se integraram socialmente, alguns se tornaram líderes e isso foi bom. Do ponto de vista científico, pudemos melhorar muito, tivemos profissionais de Goiânia que foram para o Canadá para ser geneticista. Foi montado um laboratório grande, com uma equipe de mais de 15 pessoas trabalhando com Biologia Molecular e Genética. Eu continuei trabalhando na parte de Epidemiologia do Câncer, tive a oportunidade de ir para a Europa; a própria Cnen, em Abadia, que está estudando a questão da mamografia no diagnóstico. Pequenos nichos foram criados que derivaram do acidente, talvez agora eles devam se comunicar mais.



Como foi o desenrolar da relação com as vítimas?

No início, a relação era muito difícil pela própria revolta deles com o acidente. Tivemos momentos de grande agressividade, cheguei a presenciar, por exemplo, um deles jogando tijolo em um assistente social e foi preciso chamar a polícia. Eram atitudes de revolta e nós precisávamos ter muita paciência. Os psicólogos tentaram reverter, mas eles não aceitavam porque perderam tudo, ficaram revoltados e acho que a equipe também não estava preparada para lidar com isso. Os profissionais pensavam: “nós estamos querendo ajudar, no entanto, eles não entendem isso” e havia também as limitações de ajudar a si mesmo, pois você nunca consegue dar tudo que a pessoa espera numa situação dessa. Isso criou uma dificuldade muito grande de relacionamento, mas aos poucos a situação foi mudando. Uma vítima se relacionou melhor com um médico do que com o outro e foram acontecendo relacionamentos muito individuais, uma relação mais pessoal que institucional, mesmo porque eles não aceitavam a Fundação Leide das Neves Ferreira (FunLeide), sempre achavam que ela era incompetente, sem condições de fazer o que eles esperavam, ficando sempre um passo atrás das expectativas deles. Isso gerou, nos próprios funcionários, um desinteresse, eles se sentiam desprestigiados; isso é um processo difícil de ser revertido. O relacionamento evoluiu diferente na fase aguda e na fase crônica. A aguda é a de emergência, a maioria dos médicos que atendeu nessa fase (Dr. Alexandre, Dr. Carlos Eduardo) não eram de Goiânia e eles representaram muito para as vítimas, pois foram as pessoas que chegaram no momento de emergência. E quando eles se foram, ficaram os médicos de Goiânia, que não

tinham credibilidade, do ponto de vista das vítimas. Porém, aos poucos, a relação foi mudando, as vítimas viram que havia competência. Nós fizemos cirurgias, levamos alguns para a Unicamp (Universidade de Campinas), eu mesma acompanhei. As doenças crônicas que eles adquiriram foram consequência do próprio envelhecimento, dos hábitos – muitos começaram a beber e a fumar muito, ocasionando hipertensão, colesterol alto –, doenças comuns à população em geral que envelhece, mas talvez, no caso deles, essas doenças tenham aparecido um pouco mais cedo, devido a essa mudança no estilo de vida. Então, a relação foi construída com muita dificuldade pelo descrédito que a classe médica tinha na época para atendê-los. Mas depois de alguns anos essa relação foi mudando, com certeza, e hoje acredito que é bem diferente.

Algumas vítimas foram para Cuba. A senhora acompanhou esse processo?

Eu ajudei na triagem, mas o médico que foi com eles foi o Dr. José Ferreira (hoje diretor técnico do Cara). Vieram médicos de Cuba e nós, em conjunto com a Associação das Vítimas, selecionamos um grupo. Eles fizeram os exames naquele país e, posteriormente, os cubanos vieram e mostraram os resultados. Era uma tentativa de validar ou não o trabalho que estávamos fazendo aqui. E no final, os resultados não causaram mudança no protocolo que a SuLeide estava seguindo, foi uma tentativa boa no sentido de ter uma avaliação externa, porque era importante.

A senhora faria tudo novamente?

Ah sim, eu não tenho a menor dúvida. Eu não conseguiria ficar parada vendo tudo de longe. Mesmo hoje, 25 anos mais velha, eu voltaria ao acidente. Claro que sim.

Quais foram os momentos mais difíceis e as lições que ficaram para sua vida?

Após um momento de emoção.

O momento mais difícil, eu me lembro bem, foi a dor que os pacientes sentiam. Um deles, que tinha uma queimadura na mão, se queixava de muita dor e às vezes não tinha medicação suficiente que resolvesse a questão. Nós procurávamos remédio, receitávamos, discutíamos com os médicos. Quando alguém precisava internar, ficávamos de plantão 24 horas no ano, não era um dia, era um ano inteiro de plantão, porque a qualquer momento podia acontecer alguma coisa. Às ve-



Às vezes não era nada grave, mas o paciente estava com medo, inseguro e nós tínhamos que dar atenção

zes não era nada grave, mas o paciente estava com medo, inseguro e nós tínhamos que dar atenção. Eu participei de uma reunião nos Estados Unidos e eles falavam que, nos acidentes, é mais importante a gente ouvir do que fazer alguma coisa. Era disso que as vítimas precisavam, então nós tivemos que aprender a ouvi-las; isso muitas vezes é o suficiente e a única saída. Eu me lembro bem do que o palestrante falava: “listen, listen, listen”. E depois pensar em soluções.

Outro problema muito delicado foi a reconstrução das radiolesões, pois ninguém tinha experiência e nenhum médico queria se candidatar. Finalmente, nós conseguimos um da Unicamp (Dr. Cássio, que já faleceu), e ele topou fazer, a esposa dele era psicóloga e ajudava. Conseguimos fazer a reconstrução em alguns casos. No final, eu convenci um colega e nós dois operamos um dos pacientes.

Acho que precisávamos fazer aqui cursos sobre radiação, para alunos do segundo grau mesmo, para eles entenderem o tema. E também para médicos, pois até hoje acho que poucos médicos sabem o que é uma radiação. Isso é importante para que tenham noções básicas e não sofram com insegurança, confusão e mau direcionamento da informação.

O que seria diferente se o acidente acontecesse nos dias atuais?

Um dos grandes problemas do acidente foi a comunicação, a forma como a informação foi dada para a comunidade. Os meios de comunicação precisam entender claramente, se não o jornalista passa uma mensagem errada e gera mais problema.

Eu imagino que seria diferente, não 100%, mas acho que seria um pouco, porque hoje, por exemplo, nós temos uma estrutura da Cnen montada aqui, uma equipe, as coisas já são mais estruturadas. A própria Cnen teve que se reestruturar, porque eles não tinham uma unidade de emergência bem-organizada, hoje nós temos laboratório de genética aqui. Com certeza, seriam rapidamente identificadas pessoas que poderiam ajudar dentro da própria comunidade. Porém, em um acidente, você não envolve só o governo do Estado, é uma questão federal.

Qual foi o erro na comunicação?

O primeiro erro foi a estratégia, muitas pessoas falavam e cada hora um falava algo diferente. Então, o repórter não sabia a quem se dirigir e isso gerou muita insegurança e desconfiança do trabalho que estava sendo feito. Acho que deveria ter tido uma fala conjunta do Governo Estadual e da Cnen, e depois os jornalistas poderiam ouvir outras opiniões. A estratégia da comunicação é fundamental num acidente.

Houve alguma manifestação de preconceito contra você?

Sim, em vários lugares. Eu tinha muitos amigos de fora e eles falavam assim: “fique mais longe porque você está contaminada”. Eu sempre procurei levar na brincadeira, nunca levei a sério nada. Eles me discriminavam principalmente nos dois primeiros anos e, além disso, tive muita exposição na mídia, então as pessoas me conheciam um pouco e isso gerou uma discriminação, mas foi temporária e eu lidei bem com ela.

Até hoje, muita gente não entende. Decodificar a radiação é muito importante, deixar claro o que ela é, pois as pessoas não entendem claramente o que é uma vítima contaminada, uma fonte de radiação, isso não está claro. Você fica um pouco marcada, as pessoas ainda me ligam ao Césio, mesmo eu estando fora há um tempo.

Qual a importância da FunLeide, hoje Cara, do ponto de vista histórico?

Eu acho que é muito importante ter um acervo do acidente, do ponto de vista social, psicológico. Tudo o que aconteceu deve ser registrado, não é só em relação ao lado acadêmico, a ciência é baseada em evidência. É importante ter lá os dados do paciente, o que aconteceu com ele, como ele se comportava. Na época, por exemplo, várias vítimas tentaram suicídio, esse é um comportamento que deve ser analisado. Outros desapareceram e nunca mais voltaram a Goiânia, pois não queriam ser reconhecidos como vítimas. São documentos importantes se caso algum outro acidente acontecer. Agora mesmo, em Fukushima... Eu tenho um amigo japonês e ele entrou em contato comigo para saber como eu tinha feito aqui em Goiânia. Eles estão montando uma oficina de trabalho para lidar com a situação lá e observaram que o grande problema é que o japonês é ultradisciplinado, ele obedece a ordens e não é capaz de discutir uma ordem e isso, às vezes, é necessário. Quanto ao que aconteceu em Goiás, algumas coisas podem ser aplicadas em outros lugares, outras não. Esse acervo do Cara é muito importante, acho que as pessoas deveriam ter acesso a ele. Olhar, ler, estudar e ver os fatos como eles estão lá. Se pudesse ser montado um acervo com jornais, fotografias da época, prontuário das vítimas e como os médicos descreveram a situação, você já estaria construindo uma história, mesmo que não tenha escrito um livro. Só de olhar você aprende muita coisa, porque tem uma história ali e ela deve ser cuidada e preservada. Não



Acho que as pessoas devem se colocar no lugar das outras nessas situações, tentar sempre se colocar no lugar das vítimas, ser solidário, entender o que aconteceu muito mais do que julgar

precisamos criar nada, só de olhar o que está ali já é possível entender o que aconteceu.

Como foi a reação do goianiense com o acidente?

No local onde eu trabalhava a tentativa era mais de indiferença. Na população em geral, eu acho que o goianiense se preocupava mais com a imagem de Goiânia, como ela era vista fora do Brasil. Como eu estava muito envolvida era difícil saber o que os outros estavam pensando.

Como foi a saída do país, a decisão de sair da FunLeide? Onde a senhora está atuando agora?

Eu estava na África em uma reunião e fui convidada para entrar num trabalho na Organização Mundial de Saúde (OMS), mas não precisava morar lá. Quando eu estava na OMS, eles me convidaram para ficar na África. Isso de 2005 para 2006. Até esta data eu estava envolvida com o acidente e resolvi ir porque eu queria sair um pouco até para que outras pessoas tivessem a oportunidade. Quando você fica muito tempo no mesmo lugar, é ruim. Eu achava importante que outras pessoas ocupassem o lugar. É muito chato você ser pra sempre. Outra razão de eu ter ido foi porque eu achava que na OMS eu podia ajudar mais ainda. O que eu podia fazer na Fundação eu já tinha feito. Talvez eu não tenha ajudado muito aqui em Goiânia, mas ajudei muitos outros brasileiros e pessoas de outros países. Trabalhei na África, Ásia, Leste Europeu e Índia, sempre na área de câncer.

Agora estou em outro grupo que também atua na mesma linha do trabalho que eu fazia na OMS, o IPRI (*International Prevention Research Institute*). Continuo ligada à Universidade Federal de Goiás como professora colaboradora, tenho alunos de mestrado e doutorado e tenho projetos aqui no Brasil, um deles é estudar o envelhecimento em Goiás. Nós temos que desenvolver e crescer cientificamente o Centro-Oeste. Meu sonho é criar um núcleo de pesquisa científico aqui para dar mais consistência àquilo que estamos fazendo, acho que nossa região precisa de suporte para crescer nessa área, pois existe muita gente boa aqui.

Mesmo tendo se afastado do Césio desde 2006, as pessoas ainda te ligam ao assunto?

Logo que fui para Europa, eu tive que ir pra Bélgica para falar do Césio e, com o acidente de Fukushima, eu fui procurada novamente. Meu filho me disse: “você não vai inventar de ir pra lá, né, mãe?”. Eu vou ser honesta, quando fiquei sabendo, eu tive vontade de ir pra lá, eu pensei que de repente eu poderia ajudar, fiquei preocupada, pois tenho muitos amigos japoneses. E num momento de acidente como esse, a solidariedade é fundamental. Goiânia me ensinou que ser solidário não te deixa sozinho e estar ali presente com a palavra ajuda muito. Às vezes você não faz muita coisa, mas sabe que tem alguém ali do seu lado e isso ajuda muito em qualquer situação.

Qual o recado que você deixa para a sociedade e para a comunidade científica sobre o Césio?

Para a sociedade, de uma forma geral, é muito difícil, mas um recado que eu acho que vale é que nós somos todos iguais, somos seres humanos. Acho que as pessoas devem se colocar no lugar das outras nessas situações, tentar sempre se colocar no lugar das vítimas, ser solidário, entender o que aconteceu muito mais do que julgar. Basicamente isso.

Para a comunidade científica... Um acidente não é igual à Ciência. Um acidente pode gerar informações que podem evitar futuros acidentes. Acho que a comunidade científica precisa se envolver mais, ela se envolveu pouco naquela época, talvez porque não sabíamos como abordar, por causa da rigidez também da energia nuclear, das leis de segurança, aquela coisa toda dificultou a presença da sociedade científica. Mas o envolvimento dela é fundamental até pra se ter resultados mais consistentes, elaborar projetos melhores. Acho que faltou isso, mas o que passou, passou; só temos que continuar aprendendo todos os dias, observando os resultados. Como está a situação das vítimas 25 anos depois? Como elas estão do ponto de vista psicológico, médico, do ponto de vista de integração social? Como evolui isso? Avaliar isso de tempos em tempos é importante, caso contrário, a informação irá morrer. O que pode ser feito a uma vítima de um acidente? Deve ser feita uma proposta de trabalho. Essa seria a mensagem de fechamento. O assunto sempre vai gerar outras perguntas lá na frente, mas agora precisamos fechar com alguma definição, mesmo que a resposta seja: “Nós não sabemos até hoje qual a melhor forma”. Mas pelo menos você tem uma resposta.

Caso haja outro acidente, os profissionais precisam ter um pequeno quadro com os mandamentos básicos. Acho que precisamos fechar isso e dizer: “depois de 25 anos nós chegamos à conclusão de que o melhor é fazer assim”, ou “nós continuamos sem saber o que fazer”. É muito importante dizer o que nós conseguimos e o que não conseguimos. Até para quem vier depois saiba qual é a pergunta que ele precisa tentar responder.

Um detetive nuclear no maior acidente radiológico urbano do mundo



Donald Anthony Clarke Binns

Físico, especialista em radiação e sobrevivente do Césio 137

A pessoa que criou o clichê

“homem que é homem não chora” com certeza não deve ter conhecido muito menos participado de um acidente radiológico como o que aconteceu em Goiânia. A tragédia que colocou, de uma maneira melancólica, a capital goiana no mapa mundial, foi um divisor de águas na minha história e na vida de muitas pessoas. Por isso, sempre que me lembro dos episódios que vivenciei na época não consigo conter as lágrimas. Ajudei a montar a estrutura de atendimento no Estádio Olímpico, no Hospital Marcílio Dias, no RJ e na criação da FunLeide. Foram muitas atividades. Fui o primeiro técnico a medir a radiação da menina Leide das Leves. Na tentativa de buscar atendimento, carreguei-a no

colo, mesmo com o índice de radioatividade no pico mais elevado.

Minha relação com o acidente teve início no dia 28 de setembro. Às 7h da manhã recebo um comunicado dizendo que precisava ir, com urgência, para Goiânia. Na época era Chefe de Produção Radiológica do Instituto de Radioproteção e Dosimetria da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen). Às 10h estava no aeroporto com equipe de três pessoas embarcando para a cidade. O objetivo era compreender o que estava acontecendo e voltar no dia seguinte. Cinco meses depois e ainda continuava no local realizando ativamente, inúmeras ações para combater as consequências da radiação.

Assim que cheguei na cidade percebi que algo sério estava acontecendo. Era incômodo o nível de radiação nos locais próximos onde foi instalada a máquina de radioter-

apia, fato que nunca tinha presenciado. Fui o primeiro a coordenar o trabalho da Cnen no Estádio Olímpico, onde medimos a radiação de mais de 1.200 pessoas. Pelo medo, as pessoas queriam ir para o local para serem monitoradas. Vi pessoas desesperadas, chorando, desmaiando em meus braços. Era algo desesperador, tanto para a população, como para os técnicos.

Foi o maior trabalho realizado pela Cnen e me orgulho por ter dado minha contribuição. Montamos várias equipes. As atividades se concentravam na conscientização, atendimento aos irradiados e monitoramento da radiação. Os menos contaminados foram para a Febem. No HGG, um posto de atendimento foi criado para as pessoas com a saúde mais debilitada, mas sem risco de morte. Para o Hospital Marcílio Dias foram levados os irradiados que tinham risco iminente de morrer. Diariamente, era feito o trabalho de monitoramento. Foi muito cansativo e tínhamos que conviver com situações inusitadas, como o medo até da PM de nos escoltar quando íamos descobrir um foco. Tive revólver, facão apontado para mim. Não foi fácil.

Acredito que fizemos um trabalho que raramente foi realizado, o de “detetive nuclear”. Procuramos o foco da radiação em inúmeros lugares e achamos vários deles. Algo que poucas pessoas sabem é que recebi muitas críticas por acolher meninos de rua nas atividades. Eles nos ajudaram muito na procura por novos locais contaminados, já que conheciam melhor que ninguém a região. Se não fossem eles, muitos focos não tinham sido descobertos.

O papel dos técnicos foi fundamental para salvar vidas. O desastre poderia ser bem maior, caso não tivéssemos nos arriscado tanto. Aqui tenho que fazer um elogio ao governador Santillo e ao secretário Antônio Faleiros. Eles ajudaram muito, deixaram a gente trabalhar, com toda a liberdade possível. Foram parceiros, sem se preocupar com questões políticas.

Tivemos que interditar locais que estavam contaminados como bares, já que algumas vítimas diretas faziam uso de bebidas alcoólicas, motéis, hospitais, fizemos perseguição, invadimos casas, lotes, chegamos ao ponto de abrirmos uma fossa para pegar material contaminado e fecharmos fábricas de papel higiênico. Tudo isso para descobrir os focos e eliminá-los.

Lembro-me que escondi pessoas no Estádio Olímpico que quase foram apedrejadas. Psicólogas foram disponibilizadas para cuidar de dois técnicos meus, que, por envolvimento com o acidente, especialmente com os meninos de rua, tiveram problemas emocionais. Pelo medo de perder o emprego, muitos contaminados não aceitavam medir a radiação e se esconderam em casa. Tínhamos que usar várias estratégias para convencê-los a sair da residência. Animais tiveram que ser sacrificados. As situações inusitadas eram diárias e tínhamos que tomar decisões rápidas.

Outras situações atrapalharam o nosso trabalho. A desinformação da imprensa foi a principal, já que provocou pânico nas pessoas. Tivemos que realizar uma intensa campanha de conscientização por isso. Outro problema é que muitos técnicos também não tinham informações suficientes para realizar algumas atividades. Alguns profissionais que vinham de outros países apavoravam as pessoas, dizendo que em 48 horas os irradiados iam morrer. Foi algo irresponsável, terrível como o acidente.

E não foi só a população irradiada que teve problemas. As dificuldades respingaram em todo o Estado de Goiás. Muitos produtos goianos não puderam ser exportados pelo medo da radiação. As pessoas não podiam sequer sair de Goiânia e a Polícia Rodoviária Federal não deixava ninguém entrar.

Todas as histórias foram dramáticas e sempre que me pego pensando nelas tenho um misto de sentimentos e emoções. Por isso, diante de todas as minhas memórias sobre a tragédia do Césio 137, marcantes na alma e no coração, tenho a certeza de algo: homem que é homem tem o dever de chorar!



A importância da Vigilância Sanitária em meio à tragédia

Izaura Rita Silva Batista
Farmacêutica-bioquímica,
lotada na SUVISA/GO
desde maio de 1984, vítima
do acidente com o Césio 137



O acidente com o Césio

137 completou 25 anos com muitas questões a serem refletidas. Classificado como o pior acidente radioativo do mundo, causou a morte de sete pessoas, a contaminação e a irradiação pelo elemento químico de uma infinidade de outras. Apesar disso, a tragédia teve como saldo positivo o fato de colocar o Estado de Goiás no centro das atenções mundiais, de proporcionar o avanço de pesquisas científicas e tecnológicas na área, de promover a adoção de medidas preventivas para a ocorrência de agravos dessa natureza e, ainda, de preparar os técnicos para o enfrentamento de outros acidentes radiológicos.

Em meio a esta questão, deve-se destacar o importante papel desempenhado pela antiga Coordenação de Vigilância Sanitária — atualmente Superintendência de Vigilância em Saúde (Suvisa) da Secretaria de Estado da Saúde — para a constatação do grave acidente e a tomada das medidas urgentes necessárias ao atendimento à população. Na época, a Coordenação de Vigilância Sanitária era instalada em um sobrado na Rua 16-A, no Setor Aeroporto, onde hoje funciona o Centro de Assistência aos Radioacidentados Leide das Neves.

A peça radioativa – um cilindro de dentro de um saco plástico trançado – foi levada à Coordenação de Vigilância Sanitária na manhã de 28 de setembro, 11 dias após ter sido desmontada. Um casal se dirigiu ao órgão com o material com o propósito de reclamar que

“aquela peça tinha uma pedra dentro que estava fazendo mal para sua família e que um médico sugeriu levá-la para a Vigilância Sanitária para ser examinada.”

O material permaneceu no prédio da Vigilância Sanitária nos dias 28 e 29 de setembro. Neste período, passou pela Divisão de Cadastro, Divisão de Alimentos e pelo pátio. A peça emitia reflexos na parede, o que dificultava o trabalho dos funcionários. Apesar disso, os 81 servidores então lotados na Vigilância Sanitária tiveram expediente normal nestes dois dias. Eles trabalharam próximos à fonte radioativa, quando ela ainda não havia sido identificada como tal. Vários funcionários olharam a peça de perto, abriram o saco, cheiraram para ver seu brilho quando a luz era apagada ou na tentativa de identificar o material. Um dos colegas deduziu que seria material radioativo.

Os profissionais da Vigilância Sanitária encaminharam o casal para o Centro de Informações Toxicológicas, que à época funcionava nas dependências do Hospital de Doenças Tropicais (HDT). O médico que prestou atendimento desconfiou que se tratava de contaminação. Posteriormente, dois funcionários dirigiram-se ao ferro velho onde a peça havia sido desmontada. Lá, ouviram relatos de outras pessoas que tinham tido contato direto com o material e também os encaminharam para o HDT.

Os servidores da Vigilância Sanitária também mantiveram contato com um físico, indicado pelo médico. Este físico interveio junto à Nucleobras para a cessão de aparelhos de medição de radiação. A partir desta medição, estes dois funcionários alertaram autoridades da Secretaria de Estado da Saúde para a adoção de medidas imediatas, entre as quais a interdição da sede onde funcionava a Vigilância Sanitária, com a retirada de todos os servidores do prédio.

A duras penas, a Vigilância Sanitária alcançou visibilidade. As ações desenvolvidas pelo órgão, de extrema importância à população, passaram a ter reconhecimento maior por

parte das autoridades científicas. Mas, à revelia desta questão, a maioria das pessoas que estava no órgão nos dias 28 e 29 de setembro, ainda não foi oficialmente reconhecida como vítima da tragédia.

Dos 81 servidores, somente 12 foram beneficiados pela Lei Estadual 10.977 de outubro de 1989, enquadrados como vítimas do grupo 2, passando a receber pensão estadual, assistência médica, odontológica e psicológica. Também foram beneficiados pela Lei Federal 9.425, de 1996, que lhes concedeu pensão mensal federal nove anos após o acidente.

Os 69 restantes, enquadrados no grupo 3, ficaram sem estes benefícios. Mesmo estando excluídos das leis acima mencionadas, muitos entraram com processo na Agência Goiana de Administração e Negócios Públicos, reivindicando os mesmos direitos, sendo a maioria indeferido. Cerca de 15 anos após o ocorrido, algumas vítimas do grupo 3 conseguiram, após árdua luta na justiça, estes benefícios, algumas já no leito de morte.

REVISTA CÉSIO 25 ANOS

Governo de Goiás

Secretaria de Estado da Saúde de Goiás

Marconi Perillo

Governador

Antonio Faleiros Filho

Secretário da Saúde

Halim Girade

Superintendente Executivo

Maria Cecília Martins Brito

Superintendente de Gerenciamento das Unidades Assistenciais de Saúde

André Luiz de Souza

Diretor Centro de Assistência aos Radioacidentados

Rafael Souto

Diretor do Centro de Excelência em Ensino, Pesquisa e Projetos Leide das Neves Ferreira

José Luis Bittencourt

Presidente da Agência Goiana de Comunicação

Flávia Lelis

Chefe Comunicação Setorial

Fotografias: Giuliano Remy/ Karim Alexandre

Reportagens: Luciana Brites, Darmélia Barbosa, Daniela Becker e Thiago Lagares

Revisão: Lara Lourenço

Tiragem: 5 mil exemplares

Projeto gráfico e diagramação: Casa Brasil Comunicação

“O conteúdo desta revista pode ser reproduzido livremente, desde que citada a fonte e créditos”

SES

SECRETARIA DE
ESTADO DA SAÚDE

SECRETARIA DE ESTADO
DA EDUCAÇÃO

SECTEC

SECRETARIA DE ESTADO
DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

SECIDADES

SECRETARIA DE ESTADO
DAS CIDADES

FAPEG

FUNDAÇÃO DE AMPARO À
PESQUISA DO ESTADO DE GOIÁS



Associação
das Vítimas
do Césio 137

